

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1ª – GLOSSÁRIO

Para os fins deste seguro, ficam convencionadas as seguintes definições:

- Aceitação:** Ato de aprovação de proposta submetida à Seguradora para a contratação de seguro.
- Acidente:** Evento danoso que ocorra de modo súbito, inesperado e exterior à vítima ou coisa atingida, não necessariamente provocando morte, sequelas permanentes ou destruição.
- Agravação de Risco:** Reputam-se como agravantes as circunstâncias que aumentam a intensidade ou a probabilidade da ocorrência do risco assumido pela Seguradora supervenientes à contratação do Seguro, e que, se existissem no tempo da contratação, ou no início da vigência do Seguro, resultariam na não contratação do Seguro ou na sua contratação com condições distintas das contratadas.
- Apólice:** Documento que formaliza o contrato de seguro entre Seguradora e Segurado, emitido pela Seguradora, com um número próprio de identificação, após a aceitação do risco proposto pelo Segurado, composto pelo conjunto das Condições Gerais, Especiais e Particulares aplicáveis às coberturas efetivamente contratadas pelo Segurado; a ele se agregam, ainda, a proposta, a ficha de informações e outros documentos que deram origem à contratação, além de eventuais endossos.
- Arrendamento (Mercantil):** Contrato de arrendamento, cessão ou locação, geralmente com opção de compra, de quaisquer tipo de bens tangíveis (sinônimo de *leasing*).
- Ato Ilícito/
Ato Danoso:** Ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência ou imperícia, que viole direito e cause dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (artigo 186 do Código Civil). Sinônimo: "Ato Danoso".
- Ato (Ilícito)
Culposo:** Ação ou omissão involuntária que viole direito e cause dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, decorrente de negligência, imprudência ou imperícia do responsável, pessoa ou empresa.
- Ato (Ilícito)
Doloso:** Ação ou omissão voluntária que viole direito e/ou cause dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.
- Avaria:** Termo empregado no Direito Comercial para designar os danos às mercadorias.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

Aviso de Sinistro: Comunicação da ocorrência de Sinistro, ou de evento que possa resultar em tal, que o Segurado é obrigado a fazer à Seguradora, assim que dele tiver conhecimento, observadas as condições estabelecidas na Apólice.

Beneficiário: Pessoa física ou jurídica à qual é devida a indenização em caso de Sinistro.

Bens Corpóreos, Materiais ou Tangíveis: As coisas que pertencem a uma pessoa física ou jurídica. As disponibilidades financeiras concretas, como dinheiro, créditos, ou valores mobiliários, NÃO são bens corpóreos, mas pedras e metais preciosos, ou joias, se materialmente existentes, são bens tangíveis daquele que tem a sua propriedade. O corpo humano, se vivo, não é bem material. Ver a definição de "Coisa".

Cobertura: Garantia contra danos provenientes de riscos amparados pela Apólice.

Coberturas Adicionais: Para os fins desta Apólice, compreendem o conjunto de coberturas que garantem riscos não cobertos pela Cobertura Básica de Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Implosão e Queda de Aeronaves.

O Segurado entende e concorda que, para que se caracterize a contratação deste Plano de Seguro Compreensivo Empresarial, deverá ser contratada, no mínimo, uma das Coberturas Adicionais.

Coisa: Tudo aquilo que tem existência material e a que se pode atribuir algum juízo ou medida de valor, como, por exemplo, a sua utilidade ou o seu valor econômico. Quando é objeto de propriedade, é classificada como bem, no caso, bem corpóreo, material ou tangível. As disponibilidades financeiras, como dinheiro, créditos ou valores mobiliários não são "coisas" porque não têm existência material, já que não passam de direitos, representados por objetos como as cédulas, as ações ou os créditos escriturais. No entanto, pedras e metais preciosos, e jóias, desde que materialmente existentes, são "coisas". O corpo humano, se vivo, não é "coisa". As coisas que, por pertencerem a todos, não podem ser objeto de propriedade, como, por exemplo, o ar ou o mar, são denominadas "coisas comuns"; aquelas que podem ser objeto de propriedade, mas que não o são, como, por exemplo, um peixe num

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

lago, ou uma pedra preciosa oculta no solo, não são bens (materiais), mas passam a sê-lo quando alguém delas se apropria. Raciocínio semelhante se aplica às coisas abandonadas: não são bens (materiais) até que alguém delas se aproprie. A coisa perdida não é considerada coisa abandonada.

Condições Contratuais: Compreendem as Condições Gerais, Condições Especiais e Condições Particulares de um mesmo plano de seguro.

Condições Especiais: Conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que eventualmente alteram as Condições Gerais.

Condições Gerais: Conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos da Seguradora e do Segurado.

O Segurado entende e concorda que, para os fins deste Plano de Seguro Compreensivo Empresarial, as Condições Gerais somente poderão ser alteradas pelas Condições Especiais e pelas Condições Particulares, desde que sejam ratificadas por ambas as Partes.

Condições Particulares: Conjunto de cláusulas que alteram as Condições Gerais e/ou Especiais de um plano de seguro, modificando ou cancelando disposições já existentes, ou, ainda, introduzindo novas disposições e, eventualmente, ampliando ou restringindo a cobertura.

Corretor: Pessoa física ou jurídica, devidamente habilitada e registrada na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e legalmente autorizada a angariar e promover contratos de seguro, representando os interesses do Segurado junto à Seguradora.

Culpa: Na Responsabilidade Civil, os atos ilícitos praticados por outrem ou por aqueles pelos quais é o mesmo responsável, são classificados como dolosos ou culposos. Os atos ilícitos culposos estão associados a negligência, imprudência ou imperícia. Nestes casos, diz-se que há culpa em sentido estrito ("stricto sensu"). Em sentido amplo ("lato sensu"), diz-se que o responsável por um ato ilícito agiu com culpa, ou tem culpa, independente de seu ato ter sido doloso ou culposos.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

Portanto, no sentido amplo, culpa tem dois significados: dolo, ou culpa no sentido estrito.

Culpa Grave: Trata-se de conceito não existente no Código Civil, mas que é por vezes utilizado nos tribunais civis. A culpa grave se aproxima do dolo, sendo motivo para a perda de direito por parte do Segurado. Devido ao seu caráter jurídico especial, a culpa grave somente pode ser estabelecida por sentença de corte civil.

Dados Cadastrais: São as seguintes informações sobre o Proponente que toda proposta de seguro deverá **obrigatoriamente**, conter:

1. Em se tratando o proponente de PESSOA FÍSICA:
 - a. nome completo;
 - b. número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF);
 - c. número do documento de identificação, acompanhado do nome do órgão expedidor e data de expedição (RG); e
 - d. endereço completo (logradouro, bairro, código de endereçamento postal – CEP, cidade, unidade da federação), número de telefone e código DDD.
2. Em se tratando o proponente de PESSOA JURÍDICA:
 - a. denominação social completa;
 - b. atividade principal desenvolvida;
 - c. número de inscrição e identificação no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);
 - d. endereço completo (logradouro, bairro, código de endereçamento postal – CEP, cidade, unidade da federação), número de telefone e código DDD.

Dano Corporal: Lesão exclusivamente física causada ao corpo humano. Danos classificáveis como mentais ou psicológicos, não oriundos de danos corporais, não estão abrangidos por esta definição.

Dano Material: Toda alteração de um bem corpóreo que reduza ou anule seu valor econômico, como deterioração, estrago, inutilização, destruição, extravio, furto ou roubo do mesmo. Não se incluem neste conceito a redução ou a eliminação de disponibilidades financeiras já existentes, tais como dinheiro, créditos ou valores mobiliários, que são consideradas "Prejuízos Financeiros". A redução ou a eliminação da expectativa de lucros ou ganhos de dinheiro e/ou valores mobiliários também não se enquadra nesta definição de Dano Material, mas sim

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

na de "Perda Financeira". Analogamente, as lesões físicas ao corpo de uma pessoa não são Danos Materiais, mas sim "Danos Corporais".

Dano Moral: Lesão, praticada por outrem, ao patrimônio psíquico ou à dignidade da pessoa, ou, mais amplamente, aos direitos da personalidade, causando sofrimento psíquico, constrangimento, ou qualquer tipo de desconforto, independente da ocorrência simultânea de danos materiais ou corporais. Para as pessoas jurídicas, são as perdas financeiras indiretas, não contabilizáveis, decorrentes de ofensa ao seu nome ou à sua imagem, independente da ocorrência simultânea de outros danos.

O Segurado entende e concorda que, para os fins deste Plano de Seguro Compreensivo Empresarial, o Dano Moral será um risco excluído de todas as coberturas desta Apólice, salvo expressa disposição em contrário na mesma.

Depreciação: Redução progressiva de valor, legalmente contabilizável, dos móveis, utensílios, maquinismos e instalações de uma empresa, em consequência do seu uso, idade, desgaste ou obsolescência.

Despesas de Salvamento: Despesas comprovadamente efetuadas pelo Segurado, durante e/ou após a ocorrência de um Sinistro, no interesse de salvar o bem segurado ou para atenuar as perdas decorrentes do Sinistro, sendo suportadas pela Seguradora, desde que razoáveis e cabíveis e a ela comunicadas previamente, sempre que possível.

Emolumentos: Conjunto de despesas adicionais que a Seguradora cobra do Segurado, correspondente às parcelas de impostos e outros encargos a que está sujeito o seguro.

Endosso: Documento emitido pela Seguradora, por intermédio do qual são alterados dados e condições da Apólice, de comum acordo com o Segurado.

Especificação da Apólice: Documento que é parte integrante da Apólice, no qual estão particularizadas as características do seguro contratado, tais como: proprietário, locais de risco, descrição dos itens segurados, valores segurados, prêmios, franquias e/ou participação obrigatória do segurado no sinistro, vigência do seguro, enumeração de cláusulas aplicáveis, entre outros.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

Franquia (Dedutível): Quantia fixa, definida na apólice, que, em caso de sinistro, representa a parte do prejuízo apurado que poderá deixar de ser paga pela Seguradora, dependendo das disposições do contrato.

Furto com Destruição ou Rompimento de Obstáculos: Modalidade de furto qualificado previsto no artigo 155, parágrafo 4º, inciso I do Código Penal Brasileiro, entendendo-se como furto, para os fins das Coberturas Adicionais desta Apólice “subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel com destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa”.

Obs.: A indenização por furto nas coberturas onde esse risco esteja previsto como coberto só será devida se, na ocorrência do furto, tiver havido a destruição ou rompimento de algum obstáculo de acesso à própria edificação (tal como trincos, portas, janelas, fechaduras), existente para proteger os bens. O(s) obstáculo(s) existente(s) para impedir a subtração dos bens deve(m) ter, portanto, sofrido danos materiais inequívocos. Para os fins desta Apólice, muros, cercas, portões e assemelhados não são considerados como a própria edificação.

Furto Qualificado: Ato de subtração de bem móvel segurado, configurando-se como qualificado, para os efeitos deste seguro, exclusivamente o furto cometido com destruição ou rompimento de obstáculo(s) para a subtração do bem móvel segurado, e que deixe sinais inequívocos de sua ocorrência. Acha-se excluído, portanto, o furto cometido com abuso de confiança, mediante fraude, escalada ou destreza, emprego de chave falsa ou mediante concurso de duas ou mais pessoas.

Furto Simples: Subtração de todo ou parte de bem móvel segurado, sem violência ou ameaça de violência à pessoa ou destruição ou rompimento de obstáculo(s).

Indenização: Valor que a Seguradora está contratualmente obrigada a pagar a quem possuir interesse legítimo, em caso de Sinistros cobertos pela Apólice.

Indenizações Punitivas: Indenizações decorrentes de processos civis, como punição a qualquer falta ou inadimplemento por parte do Segurado, não destinadas a repor a perda do Segurado ou de terceiro reclamante (“*Punitive Damages*”).

O Segurado entende e concorda que, para os fins deste Plano de Seguro Compreensivo Empresarial, as Indenizações Punitivas

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

serão um risco excluído de todas as coberturas desta Apólice, salvo expressa disposição em contrário na mesma.

- Inspeção de Risco ou Vistoria:** Verificação das condições do objeto que está sendo proposto para um seguro, ou para renovação de uma Apólice, ou, ainda, durante o seu período de vigência, visando ao seu perfeito enquadramento tarifário e à avaliação de seus sistemas de proteção.
- Invalidez Permanente (por Acidente):** Perda, redução ou impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão por lesão física, causada por acidente pessoal coberto.
- Limite Agregado :** Limite aplicável às coberturas de Responsabilidade Civil comercializadas neste plano, nas quais não há reintegração, após a liquidação de um sinistro, do Limite Máximo de Indenização da cobertura cuja garantia tenha sido reivindicada. Para contornar, ao menos parcialmente, a ausência da reintegração, e eventualmente cobrir sinistros independentes abrigados pela mesma cobertura, utiliza-se o Limite Agregado, que representa o total máximo indenizável quando se consideram todos os sinistros ocorridos independentemente, garantidos pela mesma cobertura, cujo valor é indicado na Especificação da Apólice. Os Limites Agregados estabelecidos para coberturas distintas são independentes, não se somando nem se comunicando. Quando o contrato opta pela garantia tríplex, não há Limite Agregado
- Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG):** É o valor máximo de responsabilidade assumida pela Seguradora com base nesta Apólice, por Sinistro ou série de Sinistros ocorridos durante a vigência da mesma, abrangendo uma ou mais coberturas contratadas. **Esse limite não representa, em qualquer hipótese, pré-avaliação do(s) objeto(s) ou do(s) interesse(s) segurado(s).**
- Limite Máximo de Indenização por Cobertura Contratada (LMI):** Valor estabelecido pelo Segurado para garantir as perdas decorrentes dos riscos cobertos para cada uma das coberturas indicadas na Apólice. É o valor máximo a ser pago pela Seguradora com base nesta Apólice, resultante de um determinado Sinistro ou série de Sinistros ocorridos durante a vigência da mesma e garantidos pela cobertura contratada. **Esse limite não representa, em qualquer hipótese, pré-avaliação do(s) objeto(s) ou interesse(s) segurado(s).**
- O valor da indenização a que o Segurado terá direito, com base nas condições desta Apólice, não poderá ultrapassar o valor**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

do(s) objeto(s) ou do(s) interesse(s) segurado(s) no momento do Sinistro, independente de qualquer disposição constante desta Apólice.

A escolha dos Limites Máximos de Indenização, bem como a solicitação da atualização dos mesmos em função da modificação do Valor em Risco dos bens cobertos, é de exclusiva responsabilidade do Segurado.

Em todo Sinistro, o respectivo Limite Máximo de Indenização por cobertura envolvida ficará reduzido do mesmo valor da indenização paga. O Limite Máximo de Indenização integrará o Limite Máximo de Garantia da Apólice e não será acrescentado a ele.

Os Limites Máximos de Indenização previstos nesta Apólice são independentes, não se somando nem se comunicando.

Liquidação de Sinistro:	Pagamento da indenização (ou reembolso) relativa a um sinistro.
Local de Risco:	Endereço ou endereços, expressamente indicados na Especificação da Apólice, onde se encontram os bens segurados.
Lockout:	Paralisação dos serviços ou atividades de uma empresa ou empresas de atividades afins, por determinação de seus administradores ou do sindicato patronal respectivo.
Objeto do Seguro:	Designação genérica de qualquer interesse que se possa segurar, tais como coisas, pessoas, bens, responsabilidades, obrigações, direitos ou garantias.
Questionário de Avaliação Preliminar do Risco:	Formulário eletrônico que deve conter informações verdadeiras e sem omissões, fornecidas pelo proponente do seguro, sobre o risco submetido a análise para fins de aceitação da seguradora. Faz parte integrante da Proposta de Seguro, quando solicitado na respectiva cotação.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- Participação Obrigatória do Segurado** Percentual da participação obrigatória e respectivo valor mínimo, de responsabilidade do segurado, decorrente de eventual sinistro coberto pela apólice, conforme consignado na Especificação da Apólice, ou nas suas Condições Contratuais.
- Perda Total:** Ocorre a perda total do objeto segurado quando o mesmo se torna, de forma definitiva, impróprio ao uso a que era destinado.
- O Segurado entende e concorda que, para os fins deste Plano de Seguro Compreensivo Empresarial, para o reconhecimento da perda total, o prejuízo coberto deverá importar em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do valor do bem sinistrado.**
- Perdas Financeiras:** Redução ou eliminação de expectativa de ganho ou lucro, exclusivamente de valores financeiros, como dinheiro, créditos e valores mobiliários. Exemplo: "Lucros Cessantes".
- Período Indenitário:** Prazo máximo durante o qual determinados valores ou despesas seguradas serão indenizadas pela Seguradora, contado a partir da ocorrência do Sinistro coberto.
- Prejuízo:** Valor que representa as perdas sofridas pelo Segurado em um determinado Sinistro. A responsabilidade da Seguradora estará sempre limitada aos prejuízos efetivamente amparados pelas coberturas contratadas na Apólice (os "Prejuízos Indenizáveis").
- Prêmio:** Valor pago pelo Segurado à Seguradora em contrapartida à aceitação, por esta, do(s) risco(s) a que ele está exposto. O prêmio líquido é o preço do seguro antes de serem somados ao mesmo o custo de emissão da Seguradora (custo de Apólice), o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e os juros de parcelamento, caso existentes.
- Preposto:** Pessoa que figure como representante, procurador, mandatário, empregado direto ou terceirizado, sendo certo que, para os fins desta Apólice, serão considerados terceirizados os prestadores de serviço não eventuais, que prestem serviço, com regularidade e exclusividade, para o Segurado.
- Prescrição:** Para os fins desta Apólice, é a perda, pelo Segurado, da possibilidade

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

de ter reconhecida, judicialmente, uma pretensão ou garantida a efetivação de uma pretensão com base na presente Apólice, devido à inércia do Segurado durante o período de tempo previamente definido em lei.

Proponente: Pessoa, física ou jurídica, que pretende fazer seguro e que, para esse fim, preenche e firma Proposta de Seguro.

Proposta de Seguro: Documento que precede a emissão da Apólice, e que formaliza o interesse do Proponente em contratar o seguro, contendo declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, com base nos quais a Seguradora aceitará ou não o seguro, e definirá as suas condições, em caso de aceitação.

Pro RataTemporis: É o cálculo do prêmio do seguro, proporcional aos dias de vigência do contrato.

Rateio: Participação proporcional do Segurado nos prejuízos indenizáveis sempre que o Limite Máximo de Indenização ou o Valor em Risco Declarado pelo Segurado quando da contratação do seguro para cobertura sujeita a rateio for menor do que o Valor Total em Risco dos bens segurados sob tal cobertura apurado no momento do Sinistro.

Regulação de Sinistros: Conjunto de procedimentos realizados na ocorrência de um Sinistro para a apuração de suas causas, circunstâncias e valores envolvidos, com vistas à caracterização do risco ocorrido e seu enquadramento no seguro bem como à verificação do cumprimento, pelo Segurado, de todas as suas obrigações legais e contratuais.

Reintegração: Recomposição do Limite Máximo de Garantia da Apólice e/ou do Limite Máximo de Indenização relativo a uma ou mais das coberturas contratadas, após ter(em) sido reduzido(s) em virtude do pagamento de alguma indenização ao Segurado nos termos desta Apólice, no mesmo montante de tal redução e desde a data em que tal redução ocorreu.

Renovação: Ao término da vigência de um contrato de seguro, normalmente é oferecida ao segurado a possibilidade de dar continuidade ao contrato. O conjunto de normas e procedimentos a serem cumpridos, para que se efetive tal continuidade, é denominada renovação do contrato.

Risco: Evento futuro e incerto, de natureza súbita e imprevista, que independe da vontade das partes (Segurado e Seguradora), cuja

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

ocorrência possa provocar prejuízos de natureza econômica ao Segurado.

Roubo: Ato de subtração de bem(ns) móvel(is) coberto(s), para si ou para outrem, cometido mediante ameaça ou emprego de violência contra a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.

Salvados: Bens que se consegue resgatar de um Sinistro e que ainda possuem valor comercial.

Segurado: Pessoa física ou jurídica que contrata a Apólice e que possui interesse econômico legítimo nos bens segurados ou está exposta aos riscos previstos nas coberturas contratadas.

Seguradora: Para os fins da presente Apólice, é a TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A. – em aprovação pela SUSEP –(antiga J. Malucelli Seguros S.A, empresa legalmente constituída e autorizada pela SUSEP a assumir e gerir os riscos devidamente especificados na Apólice, mediante a cobrança do prêmio correspondente.

Seguro: Contrato pelo qual a Seguradora se obriga, mediante o recebimento do prêmio, a garantir interesse legítimo do Segurado, relativo à coisa segurada, contra riscos futuros, previstos na Apólice.

Seguro a Primeiro Risco Absoluto: Forma de contratação através da qual a Seguradora responde integralmente pelos prejuízos indenizáveis, independentemente dos valores em risco dos objetos segurados, até o montante dos Limites Máximos de Indenização de cada cobertura, respeitados o Limite Máximo de Garantia da Apólice e a franquia e/ou participação obrigatória do segurado no sinistro correspondente, não se aplicando, portanto, a cláusula de rateio.

O Segurado entende e concorda que, para os fins deste Plano de Seguro Compreensivo Empresarial, para que a Cobertura Básica de Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Implosão e Queda de Aeronaves, seja contratada a Primeiro Risco Absoluto, deverão ser respeitadas as disposições contidas na CLÁUSULA 8ª – FORMAS DE CONTRATAÇÃO destas Condições Gerais.

Seguro a Primeiro Risco Forma de contratação pela qual são indenizados os prejuízos cobertos até o valor do Limite Máximo de Indenização da respectiva cobertura aplicável, desde que o Valor Total em Risco Apurado no momento do

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- Relativo:** Sinistro não ultrapasse o Valor Total em Risco Declarado na Apólice. Se este último montante for ultrapassado, o Segurado participará dos prejuízos em rateio, como se o seguro fosse proporcional.
- Seguro a Risco Total:** Forma de contratação em que o Limite Máximo de Indenização para a cobertura a que se refira é igual ao Valor em Risco Declarado pelo Segurado. Caso o Valor em Risco Apurado no momento do Sinistro seja superior ao Valor em Risco Declarado, correrá por conta do Segurado a parte proporcional dos prejuízos correspondente à diferença entre o Valor em Risco Declarado e o Valor em Risco Apurado.
- Seguro a Segundo Risco Absoluto:** Seguro complementar a um seguro contratado a primeiro risco absoluto, no caso de o Segurado desejar se prevenir contra a possibilidade de ocorrência de sinistro de prejuízo superior ao Limite Máximo de Indenização de uma cobertura e/ou ao Limite Máximo de Garantia da Apólice. É contratado em uma segunda Seguradora, sendo acionado somente se a indenização devida exceder o Limite Máximo de Indenização e/ou de Garantia do seguro contratado a primeiro risco absoluto.
- Sinistro:** Concretização de um risco coberto, durante a vigência do seguro, derivado de causa súbita, imprevista e ocasional, provocando danos materiais às coisas seguradas, de modo a exigir que sejam reparadas, reconstruídas ou repostas; caso não esteja amparado pelo contrato de seguro, é denominado risco ou Sinistro excluído.
- Shopping Centers:** Também chamados “Centros Comerciais”, são imóveis tipicamente de vários andares, bem iluminados e em geral revestidos com materiais de primeira qualidade, construídos propositadamente com corredores largos e compridos, que se apresentam ladeados (normalmente dos dois lados) por lojas decoradas de forma visualmente atraente, com o objetivo de criar ambientes agradáveis para os consumidores que transitam no local. Os diversos andares se comunicam por escadas rolantes e elevadores, localizados estrategicamente para maximizar a circulação interna dos consumidores. Há ainda espaços destinados a lanchonetes, restaurantes, quiosques, salas de cinema, parques de diversões, estacionamentos, etc. Todos estes estabelecimentos estão subordinados a uma administração centralizada, e são considerados condôminos do “Shopping Center”.
- Sub-rogação:** Direito que a lei confere à Seguradora, que pagou uma indenização ao Segurado, de assumir os direitos deste último contra os terceiros

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

responsáveis pelos prejuízos.

Terceiro: Pessoa estranha ao contrato que, em virtude de uma relação indireta, pode nele figurar como reclamante de indenizações ou benefícios, ou como responsável pelo dano ocorrido. Não são considerados terceiros os ascendentes, descendentes ou cônjuge, bem como quaisquer parentes que com o segurado residam, ou dele dependam economicamente e, ainda, os empregados, prepostos, sócios, acionistas ou diretores do estabelecimento segurado.

Nas coberturas de Responsabilidade Civil, trata-se do prejudicado por ato ou fato cuja responsabilidade é atribuída ao Segurado. O seguro objetiva, justamente, cobrir os prejuízos financeiros que eventualmente o Segurado venha a ter em ações civis propostas por terceiros prejudicados.

O Segurado entende e concorda que, para os fins deste Plano de Seguro Compreensivo Empresarial, não serão considerados Terceiros (a) o causador do Sinistro; (b) funcionários, sócios, controladores, diretores ou administradores da empresa segurada; (c) cônjuge, companheiro, ascendentes e descendentes do Segurado; e (d) qualquer pessoa, que, de fato ou de direito, mantenha com o Segurado qualquer relação de dependência econômica.

Tumulto: Ação de pessoas, com características de aglomeração, que perturbe a ordem pública através da prática de atos predatórios, para cuja repressão não haja necessidade de intervenção das Forças Armadas.

Valor em Risco: Valor total dos bens ou interesses segurados no estado em que se encontravam imediatamente antes da ocorrência de um Sinistro (valor dos bens sinistrados no seu estado de novo, deduzida a depreciação pelo uso, idade e estado de conservação).

Valor em Risco Apurado: Valor integral dos bens ou interesses segurados apurado por ocasião do Sinistro, obedecidos os critérios estabelecidos na definição de “Valor em Risco”.

Valor em Risco Declarado: Valor integral dos bens ou interesses segurados, declarado pelo Segurado para a contratação do seguro, obedecidos os critérios estabelecidos na definição de “Valor em Risco”.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- Valor Material Intrínseco:** Valor do custo do material e mão-de-obra necessários para a confecção de um bem, não incluindo qualquer valor artístico, científico ou estimativo. No caso de documentos, é o valor do material em branco mais o custo de copiar as informações de mídias de armazenamento de dados ou de originais de geração anterior, não incluindo quaisquer custos de pesquisa, recriação ou restauração.
- Vício Intrínseco/
Vício Próprio:** Condição natural de certas coisas, que as torna suscetíveis de se destruir ou avariar, espontaneamente e sem intervenção de qualquer causa extrínseca.
- Vigência:** Intervalo contínuo de tempo durante o qual permanece em vigor o contrato de seguro.

CLÁUSULA 2ª - OBJETO DO SEGURO

O presente seguro tem por objetivo a garantia ao Segurado ou ao Beneficiário identificado na Especificação da Apólice, nos termos das Condições Contratuais desta Apólice, do pagamento de indenização por prejuízos consequentes de perdas e/ou danos de origem súbita, imprevista e acidental, ocorridos durante a vigência desta Apólice, diretamente decorrentes dos riscos especificados como cobertos em qualquer das coberturas contratadas, observados os Limites Máximos de Indenização (e, conforme o caso, os Limites Agregados) fixados para cada uma dessas coberturas, e o Limite Máximo de Garantia da Apólice.

CLÁUSULA 3ª – RISCOS COBERTOS

3.1. Para que se caracterize a contratação deste seguro, deverão ser contratadas, no mínimo, duas coberturas, a saber:

3.1.1. Cobertura Básica de Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Implosão e Queda de Aeronaves, de contratação obrigatória:

Para os fins desta Cobertura Básica, e exclusivamente no âmbito da mesma, estarão cobertos os prejuízos diretamente causados pelos riscos abaixo, exceto se decorrentes dos riscos previstos na CLÁUSULA 6ª – RISCOS EXCLUÍDOS destas Condições Gerais:

a) Incêndio;

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- b) Queda de Raio dentro da área do terreno ou do edifício onde estiverem localizados os bens segurados;
- c) Explosão e Implosão;
- d) Desmoronamento diretamente consequente dos riscos descritos nas alíneas (a) a (c) desta subcláusula 3.1.1;
- e) Queda de Aeronaves, entendendo-se por Aeronave qualquer engenho aéreo ou espacial, bem como qualquer objeto integrante dela ou por ela transportado.

Estarão cobertas, ainda, as despesas decorrentes de providências tomadas para o combate ao fogo, despesas de salvamento (nos termos da subcláusula 5.2 e da CLÁUSULA 16 – DESPESAS DE SALVAMENTO destas Condições Gerais) e proteção dos bens segurados, e desentulho do local sinistrado, em consequência de Sinistro coberto.

3.1.2. Uma ou mais Coberturas Adicionais previstas, escolhidas a critério do Segurado.

3.2. Para a determinação dos riscos cobertos na Apólice, além daqueles previstos na Cobertura Básica, apenas serão considerados aqueles previstos nas Coberturas Adicionais ratificadas no texto da Apólice, com a respectiva indicação do Limite Máximo de Indenização (e, conforme o caso, do Limite Agregado), desprezando-se as demais não contratadas.

3.3. Qualquer outra cobertura, além da Cobertura Básica e das Coberturas Adicionais oferecidas no âmbito deste Seguro Compreensivo Empresarial, só será considerada validamente contratada se incluída na Apólice através de cláusula específica e da previsão de Limite Máximo de Indenização para a mesma.

CLÁUSULA 4ª – BENS COMPREENDIDOS NO SEGURO

4.1. O presente seguro garantirá os Prédios e/ou seus respectivos Conteúdos existentes no(s) Local(is) de Risco declarados pelo Segurado na Proposta de Seguro e indicados na Especificação da Apólice, e de acordo com as coberturas contratadas.

4.2. Para os fins desta Apólice, considera-se:

(a) Prédio – Todas as construções e seus anexos (**excetuando-se alicerces, fundações e terreno**), inclusive instalações elétricas, hidráulicas e de combate a incêndio, tanques e silos metálicos ou de concreto, centrais de ar condicionado, elevadores, tubulações e

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

benfeitorias indispensáveis ao funcionamento do estabelecimento, desde que integrem as estruturas da construção.

(b) Conteúdo – Máquinas, equipamentos, móveis, utensílios, mercadorias, produtos acabados e matérias-primas.

4.3. Salvo na hipótese de indicação expressa na Proposta de Seguro e/ou na Especificação da Apólice de que o presente seguro deverá garantir somente Prédio ou somente um ou mais tipos de Conteúdo, todos os bens mencionados nas subcláusulas 4.1 e 4.2 acima estarão cobertos, e o Valor total em Risco dos mesmos será levado em conta para os fins do disposto na CLÁUSULA 8ª – FORMAS DE CONTRATAÇÃO destas Condições Gerais, sem prejuízo das demais disposições da Apólice.

CLÁUSULA 5ª - PREJUÍZOS INDENIZÁVEIS

5.1. Por meio deste seguro, serão indenizáveis, até os limites referidos na CLÁUSULA 9ª – LIMITES destas Condições Gerais, expressamente indicados na Especificação da Apólice, os prejuízos e despesas diretamente decorrentes dos riscos cobertos.

5.2. Os eventuais desembolsos incorridos pelo Segurado a título de Despesas de Salvamento durante e/ou após a ocorrência do Sinistro, bem como os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo Segurado e/ou terceiros na tentativa de evitar o Sinistro, minorar o dano ou salvar o bem, também estarão cobertos pelo presente seguro, observado o Limite Máximo de Garantia da Apólice e o Limite Máximo de Indenização (e, conforme o caso, o Limite Agregado) da cobertura afetada pelo Sinistro, quando não contratada cobertura específica.

CLÁUSULA 6ª - RISCOS EXCLUÍDOS

6.1. Além das exclusões constantes na subcláusula 6.2 desta CLÁUSULA 6ª, e sem prejuízo das limitações e riscos excluídos nas Condições Especiais e Particulares desta Apólice, ou em qualquer Endosso à mesma, estarão excluídos da Cobertura Básica do presente seguro quaisquer prejuízos, ônus, perdas, danos ou responsabilidades de qualquer natureza, direta ou indiretamente, causados por, resultantes de, relacionados a, ou para os quais tenham contribuído os seguintes riscos:

6.1.1. Incêndio ou explosão resultante de queima de florestas, matas, prados, pampas, juncais ou semelhantes, independente de a queima ter sido fortuita,

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

ou provocada/ateada para limpeza de terreno por fogo (Queimadas em Zonas Rurais);

6.1.2. Incêndio resultante de processos industriais de tratamento, de aquecimento ou de enxugo a que sejam submetidos os bens segurados, sempre que os danos fiquem restritos ao equipamento envolvido no processo ou à substância processada;

6.1.3. Extravasamento de materiais em estado de fusão, fermentação própria, combustão espontânea, inclusive os prejuízos causados por bens suscetíveis a tais riscos, salvo expressa disposição em contrário nesta Apólice;

6.2. Além das limitações e riscos excluídos na subcláusula 6.1 desta CLÁUSULA 6ª, e sem prejuízo das limitações e riscos excluídos nas Condições Especiais e Particulares desta Apólice, ou em qualquer Endosso à mesma, excluem-se do presente seguro quaisquer prejuízos, ônus, perdas, danos ou responsabilidades de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, resultantes de, relacionados a, ou para os quais tenham contribuído os seguintes riscos:

6.2.1. Reação nuclear, radiações ionizantes ou contaminação por radioatividade de qualquer combustível ou resíduo nuclear, combustão de material nuclear, material de armas nucleares ou qualquer processo autossustentador de fissão nuclear;

6.2.2. Invasão, ato de inimigo estrangeiro, hostilidades ou operações bélicas, guerra, guerra química, guerra bacteriológica, insurreição, rebelião, motim, revolução, conspiração, ato de autoridade civil ou militar ou de usurpadores de poder ou atos de qualquer pessoa que esteja agindo em nome de, ou em ligação com qualquer organização cujas atividades visem à derrubada, pela força, de Governo de direito ou de fato, ou a instigar a queda do mesmo por meio de quaisquer atos;

6.2.3. Confisco, nacionalização ou requisição por ordem de qualquer autoridade que possua o poder de direito ou de fato para assim proceder;

6.2.4. Atos de autoridades públicas, salvo se praticados para evitar a propagação de riscos cobertos pelo presente seguro;

6.2.5. Apropriação ou destruição por força de regulamentos alfandegários;

6.2.6. Qualquer tipo de responsabilidade de fornecedores, fabricantes ou empreiteiros perante o Segurado por força de lei ou de contrato;

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- 6.2.7. Atos ilícitos dolosos, por culpa grave equiparável ao dolo, fraude, má-fé, ação ou omissão dolosa do Segurado ou de seus sócios controladores, dirigentes e administradores legais e de seus respectivos Beneficiários ou representantes legais, inclusive negligência por parte dos sujeitos previstos nesta exclusão 6.2.7 em usar de todos os meios, comprovadamente, ao seu alcance para evitar os prejuízos cobertos, durante e/ou após a ocorrência de qualquer Sinistro;**
- 6.2.8. Multas impostas ao Segurado ou despesas relativas a, ou decorrentes de ações ou processos criminais;**
- 6.2.9. Indenizações Punitivas;**
- 6.2.10. Furto simples, extravio ou desaparecimento inexplicável, isto é, a subtração de bens cobertos sem sinais aparentes de violência, ainda que mediante abuso de confiança ou fraude, e mesmo que tenham contribuído para tais perdas quaisquer dos riscos cobertos;**
- 6.2.11. Roubo ou furto qualificado, apropriação indébita ou estelionato, praticados contra o patrimônio do Segurado por seus empregados ou prepostos, quer agindo por conta própria ou em conluio com terceiros, salvo quando contratada a Cobertura Adicional de Fidelidade Aberta, e respeitadas suas disposições;**
- 6.2.12. Roubo ou furto qualificado, ainda que praticado durante e/ou depois da ocorrência de Sinistro decorrente dos riscos cobertos, mesmo que tal Sinistro tenha contribuído para tais perdas, salvo se contratada a Cobertura Adicional de Roubo de Bens, e respeitadas suas disposições;**
- 6.2.13. Extorsão definida no Artigo 158 do Código Penal Brasileiro como ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar fazer alguma coisa”;**
- 6.2.14. Extorsão mediante sequestro, definida no Artigo 159 do Código Penal Brasileiro como “sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate”;**
- 6.2.15. Extorsão indireta, definida no Artigo 160 do Código Penal Brasileiro como “exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro”;**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- 6.2.16. Apropriação indébita, definida no Artigo 168 do Código Penal Brasileiro, como “apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção”;**
- 6.2.17. Estelionato, definido no Art. 171 do Código Penal Brasileiro como “obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”**
- 6.2.18. Terremoto, erupção vulcânica, alagamento, inundação, maremoto, água de mar proveniente de ressaca, maresia, chuva ou quaisquer outras convulsões da natureza que não constem nos riscos cobertos pela Cobertura Básica ou pelas Coberturas Adicionais contratadas;**
- 6.2.19. Vício intrínseco, má qualidade, desgaste natural ou pelo uso, deterioração gradativa de qualquer parte do bem segurado, inclusive quaisquer efeitos ou influências atmosféricas, umidade, mofo/fungos tóxicos, roeduras ou estragos por animais daninhos ou pragas, desarranjo mecânico, fadiga, cavitação, corrosão de origem mecânica, térmica ou química, oxidação, ferrugem, escamação, erosão, incrustação, poeira e fuligem;**
- 6.2.20. Quaisquer falhas ou defeitos pré-existentes à data de início de vigência das coberturas contratadas e que já eram, comprovadamente, do conhecimento do Segurado ou de seus prepostos, independentemente de serem ou não de conhecimento da Seguradora;**
- 6.2.21. Tumulto, greve ou Lockout, motins, arruaças ou quaisquer outras perturbações de ordem pública, exceto quando se tratar de incêndio causado por tumulto, greve ou Lockout, Sinistro, este, que estará coberto pela Cobertura Básica, ou se contratada a respectiva Cobertura Adicional, e respeitadas suas disposições;**
- 6.2.22. Danos elétricos devidos a variações anormais de tensão, curto-circuito, arco voltaico, sobrecarga, fusão, calor gerado acidentalmente por eletricidade, descargas elétricas, eletricidade estática ou qualquer efeito ou fenômeno de natureza elétrica, exceto se conseqüente de queda de raio dentro do Local de Risco segurado ou se contratada a Cobertura Adicional de Danos Elétricos, e respeitadas as suas disposições;**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- 6.2.23. Custos extras de reparo ou substituição exigidos por qualquer norma, regulamento ou lei que restrinja o reparo, alteração, uso, operação, construção, reconstrução ou instalação em, ou do bem segurado;**
- 6.2.24. Danos causados a terceiros, incluindo a funcionários/empregados do Segurado, salvo aqueles expressamente cobertos nos termos das Coberturas Adicionais de Responsabilidade Civil, efetivamente, contratadas pelo Segurado;**
- 6.2.25. Qualquer perda ou dano decorrente de poluição e contaminação consequentes dos serviços e bens garantidos pela apólice estão excluídas. Excluem-se de maneira particular, os custos inerentes à limpeza e descontaminação ambiental (solo, subsolo, ar e água). Não obstante o acima, não estão excluídos da cobertura os danos materiais diretamente causados aos bens ou propriedades segurados decorrentes da poluição e/ou contaminação como consequência diretas de incêndio, raio, explosão ou riscos acessórios cobertos pela apólice original.**
- 6.2.26. Quaisquer danos extrapatrimoniais, ou seja, aqueles danos decorrentes da violação de direitos da personalidade do ofendido, incluindo, mas não se limitando a danos morais e estéticos;**
- 6.2.27. Perda de ponto, lucros cessantes, perda de mercado ou de lucros esperados, desvalorização dos objetos segurados em consequência de retardamento, multas, incluindo mas não se limitando as multas convencionais, juros e outros encargos financeiros decorrentes do não cumprimento de qualquer contrato, bem como da paralisação total ou parcial do estabelecimento segurado;**
- 6.2.28. Operações de transporte ou traslado dos bens segurados dentro ou fora dos Locais de Risco expressamente indicados na Especificação da Apólice;**
- 6.2.29. Vírus de computador, que para os fins deste seguro, são um conjunto de instruções ou códigos adulterados danosos ou de outra forma não autorizados, incluindo um conjunto de códigos ou instruções introduzidos de má-fé, sem autorização, programáveis ou de outra forma, que se propaguem através de um sistema de computador ou rede de qualquer natureza. A expressão VIRUS DE COMPUTADOR inclui, mas não está limitada a, “Cavalos de Tróia”, “vermes”, e “bombas relógio ou lógicas”; e dados eletrônicos, que para os fins deste seguro significam fatos, conceitos e informações convertidos para uma forma utilizável em comunicações, interpretação ou processamento por meio de equipamento de processamento eletrônico ou eletro-mecânico de dados ou por equipamento**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

controlado eletronicamente, e inclui programas, “softwares” e outras instruções codificadas para o processamento e manipulação de dados ou o controle e manipulação de tal equipamento;

6.2.30. Ato de Terrorismo, independente de seu propósito, conforme as disposições abaixo;

(A) Não obstante qualquer disposição em contrário contida nesta Apólice ou em qualquer Endosso à mesma, fica entendido e acordado que este seguro exclui qualquer responsabilidade por perda, dano, lesão, custos ou despesas de qualquer natureza, direta ou indiretamente, causados por, resultantes de, ou relacionados a qualquer um dos atos mencionados a seguir, independentemente da contribuição, concomitante ou em qualquer outra sequência, de qualquer outra causa ou evento para o Sinistro:

(i) Guerra, invasão, atos de inimigos estrangeiros, hostilidades, operações de sabotagem ou bélicas (tenha sido declarada guerra ou não), guerra civil, rebelião, revolução, insurreição, comoção civil que assuma proporções de, ou redunde em levante, poder militar ou usurpado; ou

(ii) Qualquer Ato de Terrorismo.

(B) Para os fins deste seguro, o termo Ato de Terrorismo incluirá, não se limitando a, qualquer ato que envolva o uso de força ou violência e/ou a ameaça destes últimos, praticado por qual(is)quer pessoa ou grupo(s) de pessoas, quer atuando isoladamente, quer em nome de, ou em ligação com qual(is)quer organização(ões) ou governo(s), cometido com finalidades políticas, ideológicas ou similares, incluindo a intenção de influenciar qualquer governo e/ou incutir medo ao público, ou a qualquer parcela deste.

(C) Esta exclusão 6.2.28 também será aplicável a perda, dano, lesão, custo ou despesa de qualquer natureza, diretamente ou indiretamente, causado por, resultante de, ou em conexão com qualquer ação tomada para controlar, prevenir ou suprimir qual(is)quer das circunstâncias referidas nos itens (i) e (ii) da alínea (A) acima, ou de qualquer forma relacionada com tais circunstâncias.

(D) Caso qualquer disposição contida nesta exclusão 6.2.28 seja considerada inválida ou inexecutável, o restante permanecerá em pleno vigor e efeito.

6.2.31. Erro na Interpretação de Datas por Equipamentos Eletrônicos, conforme as disposições abaixo:

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

(A) Fica entendido e concordado que este seguro não garantirá qualquer prejuízo, dano, destruição, perda, custo, despesa e/ou alegação de responsabilidade, de qualquer espécie ou natureza, ou envolvendo qualquer interesse, nas hipóteses em que seja devidamente comprovado que os mesmos tenham, direta ou indiretamente, decorrido de, ou consistido em:

- 1. Falha ou mal funcionamento de qualquer equipamento e/ou programa de computador e/ou sistema de computação eletrônica de dados, em reconhecer e/ou corretamente interpretar e/ou processar e/ou distinguir e/ou salvar qualquer data como a real e correta data de calendário, ainda que o(s) mesmo(s) continue(m) a funcionar corretamente após tal falha ou mal funcionamento;**
- 2. Qualquer ato, falha, inadequação, incapacidade, inabilidade ou decisão do Segurado ou de terceiro, relacionada com a não utilização ou não disponibilidade de qualquer bem ou equipamento de qualquer tipo, espécie ou qualidade, em virtude do risco de falha ou de mau funcionamento relacionado a reconhecimento, interpretação ou processamento de datas de calendário.**

(B) Para os fins desta exclusão 6.2.29, os termos Equipamento ou Programa de Computador compreenderão os circuitos eletrônicos, *microchips* (componentes físicos de informática para armazenamento de dados), circuitos integrados, microprocessadores, sistemas embutidos, *hardwares* (equipamentos computadorizados), *softwares* (programas utilizados ou a serem utilizados em equipamentos computadorizados), *firmwares* (programas residentes em equipamentos computadorizados), programas, computadores, equipamentos de processamento de dados, sistemas ou equipamentos de telecomunicações ou qualquer outro equipamento similar, sejam eles de propriedade do Segurado ou não.

(C) Em caso de conflito ou divergência entre a presente exclusão 6.2.29 e qualquer cláusula ou previsão desta Apólice, as disposições contidas nesta exclusão 6.2.29 prevalecerão.

6.2.32. Explosão de caldeira, quando ficar comprovada a inobservância, por parte do Segurado, da Norma Brasileira nº. 55, emitida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como da Norma Regulamentadora nº. 13, de 08/06/1978, e da Portaria nº. 3.511, de 20/11/1985 (estas últimas emitidas pelo Ministério do Trabalho), bem como de qualquer recomendação do fabricante, ou, ainda, de qualquer norma ou regulamento vigente e que, de qualquer modo, discipline funcionamento de caldeiras;

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- 6.2.33. Manutenção inadequada, entendendo-se como tal aquela que não atende às recomendações mínimas estabelecidas pelo fabricante;**
- 6.2.34. Defeito de fabricação de material ou erro de projeto:**
- 6.2.35. Quaisquer ônus decorrentes de substituição temporária de máquinas sinistradas;**
- 6.2.36. Reparos, substituições e reposições normais;**
- 6.2.37. Risco Nuclear, conforme as disposições abaixo:**

Fica entendido e acordado que este Seguro não garantirá qualquer perda, dano, lesão, custo ou despesa de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, resultantes de, ou, de qualquer forma, relacionados com alguma das seguintes causas, independentemente da contribuição, concomitante ou em qualquer outra sequência, de qualquer outra causa ou evento para o Sinistro:

Reação nuclear ou radiação, ou contaminação radioativa por qualquer causa, incluindo, mas não se limitando a incêndio, direta ou indiretamente, ocasionado por reação nuclear ou radiação ou contaminação radioativa, reatores nucleares, centrais ou usinas nucleares, quaisquer outras instalações relativas ou correspondentes a produção de energia nuclear ou a produção ou armazenagem ou manuseio de combustível nuclear ou de rejeitos nucleares.

CLÁUSULA 7ª - BENS NÃO COMPREENDIDOS NESTE SEGURO

Salvo estipulação expressa em contrário nestas Condições Gerais, ou nas Condições Especiais ou Particulares desta Apólice, ou em qualquer Endosso à mesma, o presente seguro não garantirá perdas ou danos sofridos por, nem tampouco os prejuízos, custos ou despesas de qualquer modo relacionados a:

- 7.1. Esculturas, murais, objetos de arte ou de valor estimativo, objetos raros, joias, metais preciosos ou pedras preciosas;**
- 7.2. Papéis de crédito, obrigações em geral, títulos ou documentos de qualquer espécie, valores mobiliários, letras de câmbio ou outros papéis que tenham ou representem valor, moedas, dinheiro, cheques, selos e papel moeda;**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- 7.3. Livros de contabilidade e quaisquer outros livros comerciais, manuscritos, plantas, projetos, modelos, debuxos, moldes, filmes, fitas, registros e gravações em geral, exceto no que disser respeito ao seu Valor Material Intrínseco, sendo certo, todavia, que o presente seguro não garantirá qualquer custo de restauração ou recriação de informações perdidas, eletrônicas ou não, ou de desenvolvimento de programas (*softwares*);**
- 7.4. Aeronaves de qualquer tipo, embarcações, vagões e locomotivas;**
- 7.5. Veículos automotores para uso em vias públicas.**

Todavia, estarão compreendidos neste seguro os veículos do Segurado ou de terceiros em consignação que se destinarem, exclusivamente, à venda, mediante apresentação de notas fiscais e/ou contratos específicos para esta finalidade e, neste caso, somente quando tal venda for atividade fim do ramo de negócios do Segurado; circunstância, esta, que deverá ser devidamente comprovada pelo Segurado através de seu contrato ou estatuto social, sendo certo que, nesta hipótese, não estarão cobertos quaisquer acessórios instalados em tais veículos;

- 7.6. Túneis, viadutos, barragens, diques, portos, piers, plataformas, terminais, docas, plantas de dessalinização, emissários, fundações e estruturas expostas a ação de ondas ou elevação do nível de água, estradas, ramais de estradas de ferro, canais, pontes, superestruturas e linhas de transmissão;**
- 7.7. Cultivos, bosques, árvores, gramados, jardins, florestas, plantações, pastos, colheitas no campo, água estocada e animais de qualquer espécie;**
- 7.8. Torres de rádio e televisão, torres de eletricidade, fios ou cabos de transmissão (eletricidade, fibra ótica, telefone, telégrafo, computação e similares);**
- 7.9. Poços petrolíferos;**
- 7.10. Minas subterrâneas e outras jazidas localizadas abaixo da superfície do solo;**
- 7.11. Equipamentos segurados quando utilizados em obras subterrâneas, escavações de túneis e operações sobre cais, docas, pontes, comportas, píeres, balsas, pontões, embarcações, plataformas flutuantes ou fixas, e estaqueamentos sobre água ou em praias;**
- 7.12. Explosivos;**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- 7.13. Mercadorias, matérias primas e demais bens depositadas ao ar livre, que não tenham sido fabricados para essa finalidade;**
- 7.14. Galpões de lona, vinilonas e similares, bem como bens de qualquer tipo neles depositados;**
- 7.15. Bens em trânsito;**
- 7.16. Bens de terceiros em poder do segurado para venda, guarda, custódia, conserto e revisões, exceto quando inerente à atividade da empresa segurada, mediante apresentação de notas fiscais e/ou contratos específicos para esta finalidade;**
- 7.17. Bens sem comprovação de pré-existência através de notas fiscais e/ou registros contábeis, salvo se discriminados na Proposta de Seguro com marca, modelo, ano e número de série, e aceitos pela Seguradora;**
- 7.18. Bens que não forem comprovadamente inerentes à atividade da empresa segurada;**
- 7.19. Imóveis durante a fase de construção ou reconstrução, reformas ou alteração estrutural dos mesmos, bem como qualquer tipo de obra, incluindo instalações e montagens.**
- Todavia, estarão cobertos os imóveis durante a realização de pequenos trabalhos de reparos destinados à sua manutenção, desde que o valor de tais pequenos trabalhos de reparos ou reformas não exceda o limite de 5% (cinco por cento) do Limite Máximo de Indenização da Cobertura Básica para o respectivo local.
- 7.20. Imóveis tombados pelo Patrimônio Histórico ou desapropriados por ato do poder público;**
- 7.21. Imóveis em estado de conservação impróprio para uso, incluindo, mas não se limitando àqueles que apresentem instalações elétricas e/ou encanamentos inadequados (aparentes), rachaduras aparentes, estrutura abalada, beirais em mau estado de conservação e/ou infiltração de água;**
- 7.22. Máquinas de jogos;**
- 7.23. Bens que não estejam em uso e sucatas.**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

Não obstante, estarão cobertos os bens adquiridos pelo Segurado para uso em suas operações, porém ainda não instalados e/ou incorporados a tais operações.

7.24. Imóveis que possuam cobertura de material combustível, ou paredes externas com 25% (vinte e cinco) ou mais de material combustível.

CLÁUSULA 8ª - FORMAS DE CONTRATAÇÃO

Conforme estipulado na Especificação da Apólice, o presente seguro será regido por uma das duas formas de contratação previstas abaixo, para cada um dos Locais de Risco especificados na Apólice, separadamente:

8.1. Para a Cobertura Básica – Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Implosão e Queda de Aeronave:

8.1.1. Seguro a Primeiro Risco Absoluto:

Trata-se de contratação sem aplicação da cláusula de Rateio, e **somente poderá ser adotada se o Valor em Risco dos bens segurados na Cobertura Básica para o respectivo Local de Risco segurado for igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), e, neste caso, mediante aplicação da seguinte cláusula:**

“Fica entendido e acordado que, tendo o Segurado declarado que o Valor Total em Risco dos bens segurados não ultrapassa a quantia de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), este seguro está sendo contratado a Primeiro Risco Absoluto para a Cobertura Básica”.

8.1.2. Seguro a Primeiro Risco Relativo:

Forma de contratação aplicável a Locais de Risco em que o Valor Total em Risco seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e, neste caso, fica entendido e acordado que a Seguradora responderá pelos prejuízos cobertos até os respectivos Limites Máximos de Indenização das coberturas envolvidas, **desde que o Valor Total em Risco Apurado, no momento do Sinistro, não seja superior a 1,25 (um vírgula vinte e cinco) vezes o Valor em Risco Declarado pelo Segurado para tais coberturas desta Apólice. Caso contrário, o Segurado participará dos prejuízos que vierem a ser apurados, participação, esta, que será calculada de acordo com a seguinte fórmula (cláusula de Rateio):**

Participação do Segurado = Prejuízo Apurado x (Valor em Risco Apurado – Valor em Risco Declarado)

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

Valor em Risco Apurado

O Limite Máximo de Indenização para a Cobertura Básica de Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Implosão e Queda de Aeronave deverá ser, no mínimo, igual ou superior a 50% do Valor em Risco Declarado pelo Segurado para a Cobertura Básica.

Neste caso, será adotada a seguinte cláusula:

“Fica entendido e acordado que este seguro está sendo contratado a Primeiro Risco Relativo para a Cobertura Básica, respondendo a Seguradora pelos prejuízos cobertos que excedam a franquia e/ou a participação obrigatória do segurado no sinistro estabelecida, até o Limite Máximo de Indenização aplicável previsto na Apólice.

Se o Valor em Risco Apurado no momento de qualquer Sinistro, for superior a 1,25 do Valor em Risco expressamente Declarado na Apólice, será aplicado o rateio e correrá por conta do Segurado a parte proporcional dos prejuízos correspondente à diferença entre o Valor em Risco Declarado e o Valor em Risco Apurado no momento do Sinistro. Se houver mais de um Valor em Risco especificado na Apólice, estes ficarão separadamente sujeitos a esta condição, não podendo o Segurado alegar excesso de Valor em Risco Declarado para um Local de Risco ou tipo de bens para compensação de insuficiência em outro”.

8.2. Para as Demais Coberturas da Apólice:

8.2.1. Salvo disposição em contrário nestas Condições Gerais, ou nas Condições Especiais ou Particulares desta Apólice, ou em Endosso à mesma, as demais coberturas deste seguro serão contratadas a Primeiro Risco Absoluto, ou seja, a Seguradora responderá integralmente pelos prejuízos cobertos, independente do Valor em Risco dos objetos segurados, até os respectivos Limites de Máximos de Indenização (e, conforme o caso, os Limites Agregados) estabelecidos na Especificação da Apólice, observadas as demais cláusulas e condições da Apólice, bem como o Limite Máximo de Garantia da mesma.

8.2.2. As Coberturas Adicionais de Responsabilidade Civil integrantes deste Plano Compreensivo Empresarial, quando contratadas, o serão à base de ocorrência.

CLÁUSULA 9ª - LIMITES

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O Limite Máximo de Garantia da Apólice (LMG) representa o valor máximo a ser indenizado pela Seguradora em decorrência de um ou mais Sinistros ocorridos durante a vigência da Apólice, e será indicado na Especificação da Apólice.

9.2. **Em caso de Sinistro, o Segurado não poderá alegar excesso de verba, quer a título de Valor em Risco, quer de Limite Máximo de Indenização (e, conforme o caso, de Limite Agregado), em qualquer cobertura para compensar eventual insuficiência de outra.**

9.3. **A soma de todas as indenizações pagas pelo presente seguro, em todos os Sinistros, não poderá exceder o Limite Máximo de Garantia da Apólice, mesmo no caso de ocorrência simultânea de mais de um Sinistro coberto, ficando a mesma automaticamente cancelada quando tal Limite for atingido, exceto nos casos de reintegração dos Limites Máximos de Indenização, nos termos da CLÁUSULA 26 – REINTEGRAÇÃO destas Condições Gerais.**

9.4. **O valor da indenização a que o Segurado terá direito, com base nesta Apólice, não poderá ultrapassar o valor do objeto ou do interesse segurado no momento do Sinistro, independentemente de qualquer disposição constante desta Apólice.**

9.5. **O Segurado, a qualquer tempo, poderá subscrever nova proposta ou solicitar emissão de Endosso para alteração de determinado(s) Limite(s) Máximo(s) de Indenização e/ou do Limite Máximo de Garantia previsto(s) na Especificação da Apólice, ficando a critério da Seguradora sua aceitação e alteração do prêmio, quando couber, nos termos da CLÁUSULA 11 - ACEITAÇÃO, MODIFICAÇÃO E RENOVAÇÃO DO SEGURO destas Condições Gerais.**

CLÁUSULA 10 - ÂMBITO GEOGRÁFICO

O âmbito geográfico deste seguro será o território brasileiro, respeitado, em cada caso, o que constar na Especificação da Apólice, sob o título de Local de Risco.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 11 - ACEITAÇÃO, MODIFICAÇÃO E RENOVAÇÃO DO SEGURO

11.1. A contratação, modificação ou renovação da Apólice será feita mediante proposta assinada pelo Proponente, por seu representante ou por corretor habilitado, e entregue sob protocolo que identifique a proposta, assim como a data e hora de recebimento, a ser fornecido pela Seguradora.

11.2. Se o seguro for intermediado por corretor, o Segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros no site www.susep.gov.br, por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CPF ou CNPJ.

11.3. A proposta deverá conter os elementos essenciais para análise e aceitação dos riscos propostos, bem como a informação da existência de outros seguros cobrindo os mesmos interesses contra os mesmos riscos, não sendo válida a presunção de que a Seguradora tenha conhecimento de circunstâncias que não constem da proposta e, quando for o caso, da ficha de informações.

11.4. O Segurado entende e concorda que a aceitação do seguro, de suas renovações ou, ainda, das alterações que impliquem modificação do risco, estará sujeita à manifestação formal do ressegurador, em razão da cobertura de resseguro facultativo, bem como à análise do risco pela Seguradora.

11.5. A Seguradora disporá do prazo de 15 (quinze) dias para se manifestar sobre a proposta, contados da data de seu recebimento.

11.5.1. A Seguradora poderá solicitar documentos complementares para análise do risco ou da alteração proposta, durante o prazo previsto nesta subcláusula 11.5, hipótese em que tal prazo de 15 (quinze) dias ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega de toda a documentação requerida, sendo certo que a mencionada solicitação poderá ocorrer apenas uma única vez durante o referido prazo, caso o Proponente seja pessoa física e, em se tratando o Proponente de pessoa jurídica, mais de uma vez, desde que a Seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxação do risco.

11.5.2. Nos casos em que a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração da cobertura de resseguro facultativo, os prazos previstos nas subcláusulas 11.5 e 11.5.1 acima serão suspensos, até que o ressegurador se manifeste formalmente, devendo a Seguradora, em tais prazos, informar, por escrito, o Proponente, seu representante legal ou corretor de seguros sobre a inexistência de cobertura.

11.5.3. Na hipótese prevista na subcláusula 11.5.2 anterior, é vedada a cobrança de prêmio total ou parcial até que seja integralmente concretizada a cobertura de resseguro e confirmada a aceitação da proposta.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

11.6. O Segurado entende e concorda que, até a data de aceitação da proposta de Seguro pela Seguradora, não haverá cobertura para as propostas protocoladas sem pagamento antecipado de prêmio.

11.7. O eventual recebimento antecipado de prêmio, no todo ou em parte, não caracterizará a aceitação automática do seguro. No entanto, inicia-se um período de cobertura condicional, sendo certo que, em caso de não aceitação da Proposta de Seguro pela Seguradora, a cobertura de seguro terá validade mais por 2 (dois) dias úteis contados a partir do conhecimento formal da recusa pelo Proponente, seu representante legal ou corretor de seguros.

11.8. Em caso de não aceitação nos termos da subcláusula 11.7 anterior, o valor do adiantamento será considerado devido no momento da formalização da recusa, devendo ser restituído pela Seguradora ao Proponente no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após tal formalização, deduzido da parcela Pro Rata Temporis correspondente ao período em que vigorou a cobertura condicional.

11.8.1. Na hipótese de a Seguradora não efetuar a devolução do adiantamento dentro do prazo previsto nesta subcláusula 11.8, o valor devido será devolvido com atualização monetária desde a data da formalização da recusa até a data da efetiva restituição, nos termos da CLÁUSULA 12ª – ATUALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA APÓLICE destas Condições Gerais.

11.8.2. Além da atualização, a não devolução do prêmio no prazo previsto nesta subcláusula 11.8 implicará aplicação de juros de moratórios, nos termos da CLÁUSULA 12ª – ATUALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA APÓLICE destas Condições Gerais.

11.9. A ausência de manifestação por escrito da Seguradora quanto à não aceitação da proposta, no prazo de 15 (quinze) dias disciplinado nesta CLÁUSULA 11, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

11.10. Em caso de aceitação, a proposta passará a integrar a Apólice.

11.11. Em caso de recusa da proposta, a Seguradora fará comunicação formal ao Proponente, justificando a sua não aceitação.

11.12. A emissão da Apólice, de seus certificados ou dos Endossos à mesma, deverá ser feita em até 15 (quinze) dias contados a partir da data de aceitação da proposta.

11.13. Em caso de eventual renovação ou alteração desta Apólice, deverão ser observados todos os termos e procedimentos previstos nesta CLÁUSULA 11ª, não

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

sendo admitida, em nenhuma hipótese, a renovação automática deste seguro.

11.14 Em nenhuma hipótese haverá qualquer aumento ou prorrogação do prazo de vigência desta Apólice ou a extensão de qualquer cobertura específica, Básica ou Adicional, salvo por meio de Endosso emitido pela Seguradora, em conformidade com os procedimentos descritos nesta CLÁUSULA 11ª.

CLÁUSULA 12 - ATUALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA APÓLICE

12.1. Para fins de atualização das obrigações decorrentes desta Apólice, será utilizado, quando aplicável, o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

12.2. Caso o Conselho Monetário Nacional deixe de considerar o IPCA/IBGE como índice de preços relacionados às metas de inflação, será considerado, para efeito desta CLÁUSULA 12ª, o índice que vier a substituí-lo.

12.3. Os valores devidos a título de devolução de prêmios sujeitar-se-ão à atualização monetária pela variação do índice acima estabelecido, conforme o caso, a partir da data em que se tornarem exigíveis (doravante referida simplesmente como “data de exigibilidade”), até aquela do seu efetivo pagamento.

12.3.1 Em caso de cancelamento desta Apólice, a data de exigibilidade será aquela do recebimento da solicitação de cancelamento pela Seguradora, quando tal cancelamento se der por solicitação do Segurado, ou a data do efetivo cancelamento, se o mesmo ocorrer por iniciativa da Seguradora.

12.3.2 Na hipótese de recebimento indevido de prêmio por parte da Seguradora, a data de exigibilidade coincidirá com a do recebimento do prêmio.

12.4. Os demais valores (incluindo a indenização) das obrigações pecuniárias da Seguradora nos termos desta Apólice sujeitar-se-ão à atualização monetária pela variação positiva dos índices referidos nas subcláusulas 12.1 e 12.2 acima, conforme o caso, na hipótese de não cumprimento do prazo para pagamento da respectiva obrigação, a partir da sua data de exigibilidade.

12.5. A Seguradora e o Segurado entendem e concordam que, para os valores devidos a título de indenização, a data de exigibilidade será a data de ocorrência do Sinistro ou, para as coberturas cuja indenização corresponda ao reembolso de despesas efetuadas, a data do efetivo dispêndio pelo Segurado.

12.6. A atualização monetária prevista nesta cláusula será efetuada com base na variação

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

apurada entre o último índice publicado antes da data de exigibilidade da obrigação pecuniária e aquele publicado na data imediatamente anterior àquela do seu efetivo pagamento.

12.7. Os valores relativos às obrigações pecuniárias serão, ainda, acrescidos de juros moratórios equivalentes à taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, quando o prazo de sua liquidação superar o prazo fixado nesta Apólice para esse fim, e serão calculados proporcionalmente a partir do primeiro dia posterior ao término de tal prazo até a data do efetivo pagamento.

12.8. Os pagamentos de valores relativos à atualização monetária e juros moratórios far-se-ão independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.

CLÁUSULA 13 – VIGÊNCIA

13.1. Este seguro vigorará pelo prazo indicado na Especificação da Apólice, limitado ao máximo de 2 (dois) anos.

13.2. A presente Apólice, bem como seus eventuais certificados ou Endossos, terão o seu início de vigência às 24h00min (vinte e quatro horas) do dia fixado na Especificação da Apólice, ou nos próprios certificados ou Endossos, conforme o caso, vigendo pelo prazo estabelecido em tais documentos, e terminarão às 24h00min (vinte e quatro horas) do dia previsto para o seu vencimento na Especificação da Apólice, ou em tais certificados ou Endossos.

13.3. Na hipótese de adiantamento de valor para futuro pagamento parcial ou total do prêmio, nos termos da subcláusula 11.7 acima, este seguro terá seu início de vigência a partir da data da recepção da proposta pela Seguradora; caso contrário, o início de vigência desta Apólice deverá coincidir com a data da aceitação da proposta ou com data distinta, desde que expressamente acordada entre a Seguradora e o Segurado.

CLÁUSULA 14 - PAGAMENTO DE PRÊMIO

14.1. O prêmio devido pelo Segurado é aquele indicado na Especificação da Apólice.

14.2. O pagamento do prêmio, através da rede bancária, poderá ser feito à vista ou de forma fracionada, conforme acordado entre as partes e indicado na Especificação da Apólice, por meio de documento de cobrança emitido pela Seguradora, de que constarão o número da conta corrente da Seguradora, o nome e respectiva agência do banco recebedor e, se for o caso, a informação de que o prêmio poderá ser pago em qualquer agência do mesmo ou de outros bancos.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

14.2.1. A Seguradora encaminhará o documento a que se refere esta subcláusula 14.2 diretamente ao Segurado, seu representante ou, ainda, por expressa solicitação de qualquer um destes, ao corretor de seguros, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

14.2.2. O pagamento do prêmio à vista ou de qualquer de suas parcelas deverá ser feito, no máximo, até a data de vencimento indicada no documento de cobrança emitido pela Seguradora.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

14.3. O prazo para o pagamento do prêmio à vista ou de sua primeira parcela não poderá ser superior a 30 (trinta) dias contados da data da emissão da Apólice, Endosso, aditivo, fatura e/ou conta mensal.

14.4. Quando a data limite para pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser feito no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

14.5. Se o Sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio à vista ou de qualquer uma de suas parcelas sem que este se ache efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado.

14.6. Quando o pagamento da indenização acarretar o cancelamento da Apólice, as parcelas vincendas do prêmio serão deduzidas do valor da indenização, excluído o adicional de fracionamento.

14.7. Decorrido o prazo para pagamento do prêmio à vista ou de sua primeira parcela sem que tenha sido quitado o respectivo documento de cobrança, a Apólice ou o Endosso correspondente será automaticamente e de pleno direito cancelado, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial.

14.8. Os prêmios poderão ser fracionados em parcelas, em número inferior ao de meses de vigência da Apólice, não podendo a última parcela ter vencimento após o término do seguro.

14.8.1. Em caso de fracionamento do prêmio, a falta de pagamento de qualquer uma das parcelas subsequentes à primeira implicará o ajustamento do prazo de vigência da respectiva cobertura em função do prêmio efetivamente pago, tomando-se por base a tabela a seguir:

Relação % entre a parcela do prêmio e o prêmio total da apólice	Fração a ser aplicada sobre a vigência	Relação % entre a parcela do prêmio paga e prêmio total da apólice	Fração a ser aplicada sobre a vigência
13	15/365	73	195/365
20	30/365	75	210/365
27	45/365	78	225/365
30	60/365	80	240/365
37	75/365	83	255/365
40	90/365	85	270/365

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

46	105/365	88	285/365
50	120/365	90	300/365
56	135/365	93	315/365
60	150/365	95	330/365
66	165/365	98	345/365
70	180/365	100	365/365

14.8.2. Para percentuais não previstos na tabela contida na subcláusula 14.8.1 anterior, deverão ser aplicados os percentuais imediatamente superiores.

14.8.3. A Seguradora informará ao Segurado ou ao seu representante, por meio de comunicação escrita, o novo prazo de vigência, ajustado na forma das subcláusulas 14.8.1 e 14.8.2 acima.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

14.8.4. O Segurado entende e concorda que, findo o prazo de vigência ajustado sem que tenha sido retomado o pagamento do prêmio, ou se a aplicação do disposto nas subcláusulas 14.8.1 e 14.8.2 acima não resultar em alteração do prazo de vigência da cobertura, a Apólice será cancelada de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso por parte da Seguradora, salvo disposição expressa em sentido contrário nas Condições Particulares ou Especiais desta Apólice.

14.8.5. Adicionalmente, o Segurado entende e concorda que se, em decorrência da aplicação da tabela de prazo curto conforme as subcláusulas 14.8.1 e 14.8.2 acima, o novo prazo de vigência ajustado já houver expirado, esta Apólice será cancelada de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso por parte da Seguradora, salvo disposição expressa em sentido contrário nas Condições Particulares ou Especiais desta Apólice.

14.8.6. Restabelecido o pagamento do prêmio das parcelas ajustadas, acrescidas dos encargos previstos nesta Apólice, dentro do novo prazo de vigência, ajustado na forma das subcláusulas 14.8.1 e 14.8.2 acima, ficará automaticamente restaurado o prazo de vigência original da Apólice.

14.9. No caso de parcelamento do prêmio, além dos juros cobrados para o fracionamento, nenhum valor poderá ser cobrado a título de custo administrativo de fracionamento, sendo facultado ao Segurado o pagamento antecipado de qualquer uma das parcelas do prêmio, com redução proporcional dos juros pactuados, mediante solicitação formal à Seguradora.

14.10. É vedado à Seguradora o cancelamento da apólice de seguro cujo prêmio tenha sido pago à vista, mediante financiamento obtido junto a instituições financeiras, nos casos em que o Segurado deixar de pagar o financiamento.

CLÁUSULA 15 – PROCEDIMENTOS EM CASO DE SINISTRO

15.1. O Segurado, seu representante legal, seu corretor de seguros, ou quem estiver em qualquer dessas condições por delegação ou contratação promovida por qualquer daqueles, tão logo saiba da ocorrência de Sinistro ou de qualquer fato que possa acarretar responsabilidade da Seguradora em relação ao presente seguro, terá de, sob pena de perda de direito a indenização, cumulativamente:

- I. Comunicá-lo imediatamente à Seguradora, tão logo tome conhecimento do fato, pela via mais rápida ao seu alcance, sem prejuízo da comunicação escrita;**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- II. Fazer constar da comunicação escrita a data, a hora e o local do Sinistro, as suas possíveis causas e a estimativa dos valores envolvidos;**
- III. Tomar as providências consideradas inadiáveis para resguardar os interesses comuns e minorar os danos e os prejuízos, preservando o local sinistrado, os bens sinistrados e/ou as partes danificadas até a chegada do representante da Seguradora, para a competente vistoria e avaliação dos prejuízos;**
- IV. Aguardar o comparecimento de representante da Seguradora antes de providenciar qualquer reparo ou reposição, salvo em caso de prévia e expressa autorização de tal reparo ou reposição pela Seguradora;**
- V. Franquear ao representante da Seguradora o acesso ao local do Sinistro e prestar-lhe as informações e os esclarecimentos solicitados, colocando-lhe à disposição a documentação para comprovação ou apuração dos prejuízos, inclusive escrita contábil;**
- VI. Entregar à Seguradora todos os documentos pertinentes ao respectivo Aviso de Sinistro, conforme a CLÁUSULA 17 – LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS, necessários para o processo de Regulação de Sinistro e apuração dos correspondentes prejuízos;**
- VII. Comunicar imediatamente à Seguradora o recebimento de citação judicial ou administrativa proposta por terceiro prejudicado, no caso de contratação de qualquer das Coberturas Adicionais de Responsabilidade Civil.**

15.2. A Seguradora reserva-se o direito de inspecionar o local do Sinistro, podendo, inclusive, tomar providências para proteção das coisas seguradas ou dos Salvados, sem que tais medidas, por si só, possam ser interpretadas de modo a implicar qualquer obrigação da Seguradora de indenizar os danos ocorridos.

15.3. A Seguradora poderá exigir atestados ou certidões de autoridades competentes, bem como o resultado de inquéritos ou processos instaurados em virtude do fato que produziu o Sinistro, ou solicitar cópia das certidões de abertura dos respectivos inquéritos porventura instaurados, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo previsto.

15.4. Todas as despesas efetuadas com a comprovação regular e apuração do Sinistro e para a produção dos documentos de habilitação efetivamente necessários para tal comprovação e/ou apuração correrão por conta do Segurado, salvo aquelas diretamente realizadas ou autorizadas pela Seguradora, sendo certo

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

que eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Seguradora.

CLÁUSULA 16 - DESPESAS DE SALVAMENTO

16.1. Correrão por conta da Seguradora, até o Limite Máximo de Indenização (e, conforme o caso, o Limite Agregado) fixado na Especificação da Apólice:

- a) as despesas de salvamento comprovadamente efetuadas pelo Segurado durante e/ou após a ocorrência de um Sinistro; e
- b) os valores referentes aos danos materiais comprovadamente causados pelo Segurado e/ou por terceiros na tentativa de evitar o Sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

16.2. A Seguradora poderá oferecer cobertura específica, desde que solicitada formalmente pelo Segurado, para cobrir as despesas e os valores referidos nos itens (a) e (b) da subcláusula 16.1 acima.

16.3. Na ausência de contratação da cobertura específica aludida na subcláusula 16.2, o Limite Máximo de Indenização (e, conforme o caso, o Limite Agregado) da cobertura contratada envolvida deverá ser também utilizado, até a sua totalidade, para cobrir as despesas e os valores referidos nos itens (a) e (b) da subcláusula 16.1 acima.

CLÁUSULA 17 - LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

17.1. **O pagamento de qualquer indenização com base neste Apólice somente poderá ser efetuado após terem sido relatadas pelo Segurado as circunstâncias da ocorrência do Sinistro, apuradas as suas causas, comprovados os valores a indenizar e o direito de recebê-los, cabendo ao Segurado prestar toda a assistência para que isto seja concretizado.**

17.2. **Será deduzido de qualquer indenização devida no âmbito desta Apólice o valor da franquia e/ou participação obrigatória do Segurado aplicável(is), assim como todo e qualquer Salvado que permaneça em posse do Segurado.**

17.3. **Quaisquer atos ou providências que a Seguradora praticar após o Sinistro, inclusive eventuais adiantamentos pagos em virtude de solicitação do Segurado, não importarão, por si sós, no reconhecimento da obrigação de pagar a indenização reclamada.**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

17.4. Nas coberturas contratadas contra danos materiais, a Seguradora indenizará o Segurado com pagamento em dinheiro, podendo, também, mediante acordo com o Segurado, optar pelo reparo ou substituição dos bens sinistrados, a fim de repô-los no estado em que se encontravam imediatamente antes do Sinistro, respeitados os Limites Máximos de Indenização das respectivas coberturas aplicáveis, bem como o Limite Máximo de Garantia da Apólice.

17.4.1. Caberá ao Segurado fornecer à Seguradora todos os planos, plantas, desenhos, especificações, registros contábeis e/ou quaisquer outros esclarecimentos ou documentos necessários para a apuração dos prejuízos, o reparo ou a substituição prevista nesta subcláusula 17.4.

17.4.2. Em nenhuma hipótese a Seguradora será responsável por quaisquer custos ou despesas relacionadas com alterações, ampliações, melhorias, revisões ou trabalhos de manutenção realizados no bem danificado, aproveitando os reparos conduzidos no mesmo nos termos desta subcláusula 17.4, nem tampouco pelo aumento do valor de tal bem em decorrência dessas alterações, ampliações, melhorias, revisões ou trabalhos de manutenção.

17.5. O Segurado não poderá iniciar o reparo dos danos sem prévia autorização da Seguradora, salvo para atender a interesse público ou evitar a agravação dos prejuízos, sendo certo que, nestes casos, deverá preservar todos os indícios que comprovem a ocorrência do Sinistro, sob pena de perda do direito à indenização, independentemente da apuração, pela Seguradora, de qualquer outra informação.

17.6. A Seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade se qualquer objeto sinistrado for mantido ou posto em funcionamento sem ter sido reparado conforme as Normas Técnicas e Operacionais aplicáveis ao referido objeto sinistrado.

17.7. Quando o Sinistro atingir bens gravados com qualquer ônus, a Seguradora deverá ser informada de tais gravames pelo Segurado, seu representante legal, seu corretor de seguros, ou quem estiver em qualquer dessas condições por delegação ou contratação promovida por qualquer deles. Nessa hipótese, a Seguradora pagará a indenização diretamente ao Segurado somente nos casos em que este apresentar a devida autorização do credor da garantia ou comprovar já ter obtido dele a liberação do ônus.

17.7.1. Caso a Seguradora não seja informada da existência de ônus ou gravame relacionado aos bens danificados, o Segurado assumirá integral responsabilidade por qualquer pagamento, falta de pagamento ou pagamento a pessoa errada, de indenização securitária, em virtude de tal ônus ou gravame não comunicado.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

17.8. Ocorrendo Sinistro que determine o pagamento de indenização no valor do Limite Máximo de Indenização **(e, conforme o caso, do Limite Agregado)** da cobertura contratada para o(s) bem(ns) atingido(s), e estando o(s) mesmo(s) gravado(s) com qual(is)quer ônus, fica entendido e acordado que a respectiva indenização será paga pela Seguradora ao credor da garantia, não cabendo à Seguradora, em qualquer hipótese, pagar a tal credor a diferença de saldo devedor que exceder o valor devido pela Seguradora no âmbito desta Apólice.

17.9. Ocorrido o Sinistro, o Segurado encaminhará à Seguradora:

- a) Relação das coisas sinistradas;
- b) Orçamentos e, se for o caso, comprovantes de despesas feitas a fim de proteger os Salvados e minimizar os prejuízos indenizáveis;
- c) Comprovante da pré-existência das coisas, quando cabível;
- d) Laudo pericial, quando cabível;
- e) Certidão do registro policial da ocorrência, sempre que a causa do Sinistro for passível de tal registro;
- f) Certidão do Instituto de Meteorologia mais próximo, quando a causa do Sinistro for fenômeno da natureza que seja registrado por tais Institutos;
- g) Planilha com o detalhamento do preço do contrato para implantação do empreendimento, com os custos unitários e descrição dos serviços contratados; e
- h) Outros documentos julgados necessários pelo Segurado ou pela Seguradora para a regulação do Sinistro.

17.10. Para uma rápida regulação e liquidação de Sinistro envolvendo qualquer uma das coberturas contratadas, deverão ser apresentados pelo Segurado os documentos básicos especificados na tabela abaixo e/ou nas Condições Especiais e/ou Particulares desta Apólice e/ou nos Endossos à mesma, conforme aplicáveis, ficando ressalvado o direito da Seguradora de solicitar quaisquer outros documentos ou informações complementares que julgar necessários, mediante dúvida fundada e justificável.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

COBERTURA	DOCUMENTOS BÁSICOS PARA ANÁLISE DE SINISTROS
<p>Todas (Básica e Adicionais): Documentos ao lado, mais aqueles descritos abaixo para as respectivas coberturas específicas envolvidas, mais aqueles exigidos nos termos das Condições Especiais e/ou Particulares e/ou Endossos a esta Apólice, conforme aplicáveis.</p>	<p>Comunicação escrita contendo data, hora, local, descrição detalhada da ocorrência e causas prováveis do Sinistro, bens sinistrados e estimativa dos prejuízos;</p> <p>Relação dos bens sinistrados e comprovação da pré-existência dos mesmos (notas fiscais, demonstrativos contábeis ou outros meios suficientes de prova) ou comprovação de propriedade, no caso de bens de terceiros;</p> <p>Relação de todos os seguros que existam sobre os mesmos bens ou responsabilidades;</p> <p>Cópia dos documentos que comprovem os dados cadastrais do Segurado;</p> <p>Cópia dos documentos que comprovem os dados cadastrais dos beneficiários ou terceiros envolvidos.</p>
<p>Básica: Incêndio, Queda de Raio, Explosão e Implosão.</p>	<p>Laudo do Corpo de Bombeiros, e 2 (dois) orçamentos para reparo e/ou reposição dos bens atingidos.</p>
<p>Anúncios Luminosos</p> <p>Equipamentos Eletrônicos</p> <p>Equipamentos Estacionários</p> <p>Equipamentos Móveis</p> <p>Fumaça</p> <p>Impacto de Veículos Terrestres</p> <p>Quebra de Vidros</p> <p>Queda de Aeronaves</p>	<p>2 (dois) orçamentos para reparo ou, no caso de Perda Total, orçamentos para substituição dos bens sinistrados.</p>
<p>Danos Elétricos</p>	<p>Laudo da assistência técnica e 2 (dois) orçamentos para reparo ou, no caso de Perda Total, orçamentos para substituição dos bens sinistrados.</p>
<p>Derrame d'água ou outra substância líquida de chuveiros automáticos –</p>	<p>Relatório da manutenção explicando o evento, e 2 (dois) orçamentos para reparo e/ou reposição dos bens sinistrados.</p>

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

<i>Sprinklers</i>	
Despesas com Recomposição de Registros e Documentos	2 (dois) orçamentos para recomposição dos registros e/ou documentos sinistrados.
Despesas Fixas	Comprovantes das despesas.
Fidelidade Aberta (de Empregados)	Boletim de Ocorrência Policial, Certidão de Instauração de Inquérito Policial ou Termo de Confissão de Culpa do funcionário; Documentos contábeis que comprovem o prejuízo; Cópia dos registros dos empregados envolvidos e/ou Rescisão de Contrato de Trabalho.
Perda ou Pagamento de Aluguel	Contrato de Aluguel e comprovantes de pagamento.
Roubo de Bens	Boletim de Ocorrência Policial, e 2 (dois) orçamentos para reparo e/ou reposição dos bens sinistrados.
Roubo de Valores em Trânsito em Mãos de Portadores	Boletim de Ocorrência Policial; Comprovante da entrega dos valores aos portadores; Documentos contábeis que comprovem o prejuízo; e Cópia do registro dos empregados que transportavam os valores.
Roubo de Valores no Interior das Dependências do Segurado	Boletim de Ocorrência Policial, e documentos contábeis que comprovem o prejuízo.
Tumulto, Greve, Lockout e Atos Dolosos	Boletim de Ocorrência Policial, e 2 (dois) orçamentos para reparo e/ou reposição dos bens sinistrados.
Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado e Granizo	Laudo do Instituto de Meteorologia, e 2 (dois) orçamentos para reparo e/ou reposição dos bens

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

Tremor de Terra, Terremoto ou Maremoto	sinistrados.
--	--------------

17.11. A Seguradora terá o prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de entrega de todos os documentos básicos para o pagamento da indenização devida.

17.11.1. Será suspensa a contagem do prazo referido nesta subcláusula 17.11 no caso de solicitação de documentação ou informação complementar pela Seguradora, na forma prescrita na subcláusula 17.10 acima, sendo reiniciada tal contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências da Seguradora.

17.12. O valor da indenização a que o Segurado terá direito, com base nesta Apólice, não poderá ultrapassar o valor do objeto ou do interesse segurado no momento do Sinistro, independentemente de qualquer disposição constante desta Apólice, e será pago em moeda nacional.

17.13. Para pagamento da indenização, aplicar-se-á, também, o disposto na **CLÁUSULA 14 - PAGAMENTO DO PRÊMIO** destas Condições Gerais.

CLÁUSULA 18 - INDENIZAÇÃO

18.1. Para determinação dos prejuízos indenizáveis, de acordo com as condições expressas nesta Apólice, serão adotados os seguintes critérios:

18.1.1. No caso de prédios, maquinismos, equipamentos, instalações, móveis e utensílios:

a) Tomar-se-á por base o “Valor Atual”, ou seja, o custo de reposição (conserto, reconstrução ou, em caso de impossibilidade destes últimos, substituição) dos bens sinistrados com base nos preços correntes no dia e local do Sinistro **menos a depreciação pela idade, uso e estado de conservação dos mesmos, considerando-se, ainda, bens de mesmo tamanho, tipo, capacidade e qualidade;**

b) Caso o Segurado opte pela reposição ou reparo dos bens sinistrados, respeitado o Limite Máximo de Indenização da cobertura, e, **somente depois de** completada a reposição e/ou reparo, a indenização será complementada com a parte relativa à depreciação referida acima, sendo que esse complemento não poderá ser superior ao “Valor Atual” fixado, ou seja, a indenização estará limitada ao **máximo de duas vezes o Valor Atual (Valor de Novo menos Depreciação) dos bens;**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- c) **Se a reconstrução, reposição ou reparos não forem iniciados dentro de 6 (seis) meses contados a partir da data do Sinistro e se os bens danificados ou destruídos não forem, por qualquer motivo, reconstruídos ou substituídos no mesmo ou em outro local, dentro de 1 (um) ano, contado a partir da data do Sinistro, a Seguradora será responsável exclusivamente pelo efetivo Valor Atual (Valor de Novo menos Depreciação) dos bens danificados;**
- d) **O valor da depreciação só será indenizado se houver suficiência de Limite Máximo de Indenização para a respectiva cobertura.**

Exemplo 01: Depreciação apurada inferior a 50%:

- O Segurado contrata cobertura com um Limite Máximo de Indenização de R\$ 100.000,00;
- Por ocasião do Sinistro, apura-se que:
 - Valor de Novo do bem sinistrado = R\$ 120.000,00
 - Depreciação = 30%
 - O cálculo da indenização obedecerá a seguinte fórmula:

Valor Atual = Valor de Novo – Depreciação ou seja:

Valor Atual = 120.000,00 – 30% = R\$ 84.000,00

Valor Inicial da Indenização = R\$ 84.000,00 menos descontos por franquia e/ou participação obrigatória do segurado no sinistro e salvados, se houver, conforme o disposto no item 18.2 abaixo.

- Ocorrendo a reposição do bem conforme definido na alínea (b) acima, o complemento da indenização obedecerá a seguinte fórmula:

Complemento = LMI da cobertura – Valor Inicial da Indenização ou seja,

Complemento = R\$ 100.000,00 – R\$ 84.000,00 = R\$ 16.000,00

Indenização Total = Indenização Inicial + Complemento = R\$ 100.000,00

- OBS: Se o LMI da cobertura fosse R\$ 120.000,00 a indenização complementar seria:

Complemento = R\$ 120.000,00 – R\$ 84.000,00 = R\$ 36.000,00

Indenização Total = Indenização Inicial + Complemento = R\$ 120.000,00

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

Exemplo 02: Depreciação apurada superior a 50%:

- O Segurado contrata cobertura com um Limite Máximo de Indenização de R\$ 100.000,00;
- Por ocasião do Sinistro, apura-se que:
 - Valor de Novo do bem sinistrado = R\$ 120.000,00
 - Depreciação = 60%
 - O cálculo da indenização obedecerá a seguinte fórmula:

Valor Atual = Valor de Novo - Depreciação ou seja:

Valor Atual = 120.000,00 – 60% = R\$ 48.000,00

Valor Inicial da Indenização = R\$ 48.000,00 menos descontos por franquia e/ou participação obrigatória do segurado no sinistro e salvados, se houver, conforme o disposto no item 18.2 abaixo.

- Ocorrendo a reposição do bem conforme definido na alínea (b) acima, o complemento da indenização obedecerá a seguinte fórmula:

Complemento (limitado ao Valor Atual) = LMI da cobertura – Valor Inicial da Indenização ou seja,

Complemento = R\$ 100.000,00 – R\$ 48.000,00 = R\$ 52.000,00

Como o complemento não poderá ser superior ao Valor Atual fixado, então:

Complemento = R\$ 48.000,00

Indenização Total = Indenização Inicial + Complemento = R\$ 96.000,00

18.1.2. No caso de mercadorias e matérias primas:

Tomar-se-á por base o valor de custo de reposição no dia e local do Sinistro, considerando-se o ramo de negócios do Segurado, **limitado, todavia, ao valor de venda das mercadorias e matérias primas danificadas, se este for menor.**

18.2. **O cálculo do valor devido a título de indenização seguirá a seguinte ordem de apuração:**

Prejuízos Indenizáveis;

(-) o valor da franquia, se houver;

(-) o valor de todo e qualquer Salvado, quando ficar em posse do Segurado;

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

(=) Valor da Indenização, limitada ao Limite Máximo de Indenização de cada cobertura, respeitado o Limite Máximo de Garantia da Apólice.

CLÁUSULA 19 - FRANQUIAS DEDUTÍVEIS E/OU PARTICIPAÇÃO OBRIGATÓRIA DO SEGURADO

19.1. Correrão por conta do Segurado os primeiros prejuízos indenizáveis relativos a cada Sinistro coberto, até o limite das franquias e/ou participação obrigatória do segurado, estabelecidas na Especificação da Apólice, indenizando, a Seguradora, somente o valor de tais prejuízos que exceder à referida franquia e/ou participação obrigatória do segurado.

19.2. No caso de um mesmo Sinistro envolver mais de uma das coberturas contratadas, será aplicada apenas a franquia e/ou participação obrigatória do segurado de maior valor, por Local de Risco segurado, salvo disposição em contrário nesta Apólice.

CLÁUSULA 20 – SALVADOS

20.1. Ocorrendo Sinistro que atinja bens cobertos por esta Apólice, o Segurado não poderá abandonar os Salvados resultantes de tal Sinistro, devendo, desde logo, tomar todas as providências cabíveis no sentido de protegê-los e de minimizar os danos aos mesmos e, de comum acordo com a Seguradora, procurar seu melhor aproveitamento.

20.1.2. A Seguradora poderá, mediante acordo com o Segurado, providenciar o melhor aproveitamento dos Salvados, ficando, no entanto, entendido e acordado que quaisquer medidas tomadas por ela neste sentido não implicarão o reconhecimento da obrigação de indenizar no âmbito desta Apólice.

20.3. O Segurado entende e concorda que, em nenhuma hipótese, a aplicação desta CLÁUSULA 20 poderá ser interpretada de modo a implicar o reconhecimento pela Seguradora da obrigação de indenizar quaisquer danos ocorridos com base nesta Apólice.

20.4. Caso o Segurado e a Seguradora concordem com o pagamento da indenização sem a dedução do valor dos Salvados, o Segurado entende e concorda que tais Salvados passarão a ser propriedade da Seguradora, não podendo o Segurado dispor dos mesmos sem expressa autorização da Seguradora. Neste caso, o Segurado deverá providenciar todos os atos e documentos necessários à transferência da propriedade dos Salvados à Seguradora.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 21 - PERDA DE DIREITOS

21.1. Se o Segurado, seu representante, seu corretor de seguros, ou quem estiver em qualquer dessas condições por delegação ou contratação promovida por qualquer deles, fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da Proposta de Seguro ou no valor do prêmio, ficará prejudicado o direito à indenização, além de ficar o Segurado obrigado ao prêmio vencido.

21.1.1. Se a inexatidão ou omissão nas declarações não resultar de má-fé do Segurado, a Seguradora poderá:

I. Na hipótese de não ocorrência do Sinistro:

a) cancelar o seguro, retendo, do prêmio originalmente pactuado, a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou

b) permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível.

II. Na hipótese de ocorrência do Sinistro sem indenização integral:

a) cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, retendo do prêmio originalmente pactuado, acrescido da diferença cabível, a parcela calculada proporcionalmente ao tempo decorrido; ou

b) permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença do prêmio cabível ou deduzindo-a do valor a ser indenizado.

III. Na hipótese de ocorrência do Sinistro com indenização integral, cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, deduzindo do valor a ser indenizado a diferença de prêmio cabível.

21.2. O Segurado perderá o direito à indenização se agravar intencionalmente o risco objeto desta Apólice.

21.2.1. Equipara-se à agravação de risco mencionada nesta subcláusula 21.2, com as mesmas implicações cabíveis, o fato de o Segurado não executar as recomendações apresentadas pela Seguradora, nos prazos por ela mencionados, conforme o disposto na CLÁUSULA 25 – INSPEÇÃO DE RISCOS E SUSPENSÃO DA COBERTURA destas Condições Gerais.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

21.3. O Segurado é obrigado a comunicar por escrito à Seguradora, logo que o saiba, qualquer fato suscetível de agravar o risco coberto, sob pena de perder o direito à indenização, se for provado que silenciou por má-fé.

21.3.1. Recebido o aviso de agravamento do risco, a Seguradora, no prazo de 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento do aviso de agravamento do risco, poderá cancelar o contrato, dando ciência de sua decisão, por escrito, ao Segurado, ou, mediante acordo entre as partes, restringir a cobertura contratada.

21.3.2. O cancelamento previsto na subcláusula 21.3.1 acima só será eficaz 30 (trinta) dias após a notificação referida em tal subcláusula, devendo a Seguradora restituir a diferença do prêmio cabível, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

21.3.3. Na hipótese de agravamento do risco, a Seguradora poderá, ainda, propor a continuidade do contrato e cobrar a diferença de prêmio cabível, mediante Endosso à Apólice.

21.4. O Segurado obriga-se, sob pena de perder seu direito a indenização no âmbito desta Apólice, a avisar imediatamente a Seguradora da ocorrência de todo e qualquer Sinistro, tão logo tome conhecimento do mesmo, bem como tomar todas as providências cabíveis no sentido de proteger os bens segurados e minorar os prejuízos.

21.5. De igual modo, e sem prejuízo do que consta nas demais cláusulas e condições desta Apólice e do que em lei esteja previsto, o Segurado perderá o direito a indenização com base nesta Apólice nos seguintes casos:

21.5.1. Se por qualquer meio, procurar obter benefícios ilícitos do seguro a que se refere este Contrato, quer seja praticado por ação própria, quer seja por ação de prepostos ou de terceiros;

21.5.2. Se deixar de apresentar, quando solicitado, os livros comerciais e/ou fiscais, escriturados e regularizados de acordo com a legislação em vigor, bem como toda e qualquer documentação que seja exigida e indispensável à comprovação da reclamação de Sinistro apresentada ou para levantamento dos prejuízos;

21.5.3. Se efetuar qualquer modificação ou alteração no estabelecimento segurado ou nos objetos segurados, ou ainda no seu ramo de atividade, que resultem na agravamento do risco para a Seguradora, sem sua prévia e expressa anuência;

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

21.5.4. Se deixar de tomar toda e qualquer providência que seja de sua obrigação ou que esteja ao seu alcance, no sentido de evitar, reduzir ou não agravar os prejuízos resultantes de um Sinistro;

21.5.5. Se o Sinistro for devido a dolo ou culpa grave equiparável ao dolo do próprio Segurado, de seus sócios controladores, dirigentes e administradores legais, ou de seus respectivos beneficiários ou representantes legais;

21.5.6. Se for constatada fraude ou má-fé do Segurado, de seus sócios controladores, dirigentes e administradores legais, ou de seus respectivos beneficiários ou representantes legais;

21.5.7. Se não mantiver em perfeitos funcionamento, ordem e condições de manutenção e conservação todos os sistemas de proteção, vigilância e quaisquer outros dispositivos de segurança verificados na inspeção e/ou declarados como existentes na Proposta de Seguro ou se, sem prévio consentimento da Seguradora, o Segurado reduzir o número de máquinas e peças em reserva e/ou dos dispositivos de alarmes e segurança e/ou se esse material em reserva não for mantido em condições adequadas para uso imediato;

21.5.8. Se qualquer bem sinistrado for mantido ou colocado em funcionamento sem que tenha sido reparado na forma julgada satisfatória ou conveniente pela Seguradora, de acordo com as Normas Técnicas e Operacionais aplicáveis a tal bem;

21.5.9. Se deixar de tomar medidas de segurança e precauções no sentido de evitar a ocorrência de quaisquer danos aos objetos segurados ou se deixar de cumprir normas e regulamentos vigentes relativos ao seu funcionamento, ou se não os mantiver em boas condições de manutenção e conservação, funcionando sem sobrecarga;

21.5.10. Se deixar de reiniciar suas atividades de produção imediatamente após terem sido feitos todos os reparos ou substituições do(s) objeto(s) afetado(s) por um Sinistro;

21.5.11. Se transferir direitos e obrigações da sua empresa ou os bens segurados a terceiros sem prévia e expressa anuência da Seguradora;

21.5.12. Se reconhecer sua responsabilidade decorrente de Sinistro coberto ou transacionar com o terceiro prejudicado, sem prévia e expressa anuência da Seguradora, na forma do Art. 787 - §2º do Código Civil;

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

21.5.13. Se não informar expressamente à Seguradora sobre a desocupação ou desabitação dos prédios segurados ou que contenham os bens segurados, por um período superior a 30 (trinta) dias consecutivos para a devida reavaliação dos riscos cobertos;

21.5.14. Se deixar de cumprir as obrigações convencionadas neste contrato.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 22 – CANCELAMENTO E RESCISÃO

22.1. Excetuadas as hipóteses previstas em lei, a presente Apólice somente poderá ser cancelada:

- a) nas hipóteses previstas na CLÁUSULA 14 – PAGAMENTO DE PRÊMIO destas Condições Gerais;
- b) por perda de direito do segurado, nos termos da Cláusula 21 – PERDA DE DIREITOS destas Condições Gerais;
- c) Quando a indenização ou a soma das indenizações pagas atingirem o Limite Máximo de Garantia da Apólice, não tendo o Segurado, neste caso, direito a qualquer restituição de prêmio.

22.2. Quando a indenização ou série de indenizações pagas atingirem o Limite Máximo de Indenização (e, conforme o caso, o Limite Agregado) de uma determinada cobertura, o cancelamento afetará apenas essa cobertura.

22.3. O cancelamento poderá, ainda, ocorrer mediante concordância recíproca entre Segurado e Seguradora, por escrito, caso em que será denominado rescisão. A rescisão poderá ser total ou parcial, e realizada a qualquer tempo durante a vigência desta Apólice.

22.3.1. Na hipótese de rescisão a pedido da Seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos Emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido.

22.3.2. Na hipótese de rescisão a pedido do Segurado, a Seguradora reterá, além dos Emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte Tabela de Prazo Curto, sendo certo que, para os prazos não previstos nesta Tabela, deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior:

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para a obtenção do prazo em dias	% do prêmio
15/365	13
30/365	20
45/365	27
60/365	30
75/365	37
90/365	40
105/365	46
120/365	50
135/365	56
150/365	60
165/365	66
180/365	70
195/365	73
210/365	75
225/365	78
240/365	80
255/365	83
270/365	85
285/365	88
300/365	90
315/365	93
330/365	95
345/365	98
365/365	100

22.4 Os valores devidos a título de devolução de prêmios no caso de cancelamento da Apólice serão pagos no prazo máximo de 10 (dez) dias e sujeitam-se à atualização monetária conforme disposto na CLÁUSULA 12 – ATUALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA APÓLICE destas Condições Gerais.

22.5. Em caso de mora da Seguradora, caracterizada pelo não pagamento da devolução devida no prazo definido na subcláusula 22.4 acima, sobre o valor já atualizado da devolução incidirão juros de mora, conforme definidos na subcláusula 12.7 dessas Condições Gerais.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 23 – CESSÃO

23.1. Nenhuma disposição desta Apólice poderá ser interpretada de modo a conferir quaisquer direitos contra a Seguradora a qual(is)quer pessoa(s) que não o Segurado.

23.2. Será absolutamente ineficaz em face da Seguradora qualquer transferência ou cessão de direitos feita pelo Segurado envolvendo a presente Apólice e/ou os bens e interesses por ela garantidos, a menos e até que a Seguradora, por meio de Endosso, declare este seguro válido para o benefício de outra pessoa.

CLÁUSULA 24 - CONCORRÊNCIA DE APÓLICES

24.1 O segurado que, na vigência do contrato, pretender obter novo seguro sobre os mesmos bens e contra os mesmos riscos deverá comunicar sua intenção, previamente, por escrito, a todas as sociedades seguradoras envolvidas, sob pena de perda de direito.

24.2 O prejuízo total relativo a qualquer Sinistro amparado por cobertura de responsabilidade civil, cuja indenização esteja sujeita às disposições deste contrato, será constituído pela soma das seguintes parcelas:

- a) despesas, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência de danos a terceiros, com o objetivo de reduzir sua responsabilidade;
- b) valores das reparações estabelecidas em sentença judicial transitada em julgado e/ou por acordo entre as partes, nesta última hipótese com a anuência expressa das sociedades seguradoras envolvidas.

24.3 De maneira análoga, o prejuízo total relativo a qualquer Sinistro amparado pelas demais coberturas será constituído pela soma das seguintes parcelas:

- a) despesas de salvamento, comprovadamente, efetuadas pelo segurado durante e/ou após a ocorrência do Sinistro;
- b) valor referente aos danos materiais, comprovadamente, causados pelo segurado e/ou por terceiros na tentativa de minorar o dano ou salvar a coisa;

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

c) danos sofridos pelos bens segurados.

24.4 A indenização relativa a qualquer Sinistro não poderá exceder, em hipótese alguma, o valor do prejuízo vinculado à cobertura considerada.

24.5 Na ocorrência de Sinistro contemplado por coberturas concorrentes, ou seja, que garantam os mesmos interesses contra os mesmos riscos, em Apólices distintas, a distribuição de responsabilidade entre as sociedades seguradoras envolvidas deverá obedecer às seguintes disposições:

I – será calculada a indenização individual de cada cobertura como se o respectivo contrato fosse o único vigente, considerando-se, quando for o caso, franquias, participações obrigatórias do segurado, limite máximo de indenização da cobertura e cláusulas de rateio;

II – será calculada a “indenização individual ajustada” de cada cobertura, na forma abaixo indicada:

a) se, para uma determinada Apólice, for verificado que a soma das indenizações correspondentes às diversas coberturas abrangidas pelo Sinistro é maior que seu respectivo limite máximo de garantia, a indenização individual de cada cobertura será recalculada, determinando-se, assim, a respectiva indenização individual ajustada. Para efeito deste recálculo, as indenizações individuais ajustadas relativas às coberturas que não apresentem concorrência com outras Apólices serão as maiores possíveis, observados os respectivos prejuízos e limites máximos de indenização. O valor restante do limite máximo de garantia da Apólice será distribuído entre as coberturas concorrentes, observados os prejuízos e os limites máximos de indenização destas coberturas.

b) caso contrário, a “indenização individual ajustada” será a indenização individual, calculada de acordo com o inciso I desta cláusula.

III – será definida a soma das indenizações individuais ajustadas das coberturas concorrentes de diferentes Apólices, relativas aos prejuízos comuns, calculadas de acordo com o inciso II dessa cláusula;

IV – se a quantia a que se refere o inciso III desta cláusula for igual ou inferior ao prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada sociedade seguradora envolvida participará com a respectiva indenização individual ajustada, assumindo o segurado a responsabilidade pela diferença, se houver;

V – se a quantia estabelecida no inciso III for maior que o prejuízo vinculado à cobertura concorrente, cada sociedade seguradora envolvida participará com percentual do prejuízo

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

correspondente à razão entre a respectiva indenização individual ajustada e a quantia estabelecida naquele inciso.

24.6 A sub-rogação relativa a salvados operar-se-á na mesma proporção da cota de participação de cada sociedade seguradora na indenização paga.

24.7 Salvo disposição em contrário, a sociedade seguradora que tiver participado com a maior parte da indenização ficará encarregada de negociar os salvados e repassar a quota-parte, relativa ao produto desta negociação, às demais participantes.

24.8 Esta cláusula não se aplica às coberturas que garantam morte e/ou invalidez.

CLÁUSULA 25 – INSPEÇÃO DE RISCOS E SUSPENSÃO DA COBERTURA

25.1. Fica a cargo da Seguradora a realização de inspeção periódica para fins de conhecimento e controle do risco, e de prevenção de Sinistros, devendo ser fornecido ao Segurado o relatório da referida inspeção. A data dessa inspeção será avisada previamente pela Seguradora ao Segurado, que prestará toda a colaboração e apoio necessários à sua realização.

25.2. Em consequência da inspeção de risco, fica reservado à Seguradora o direito de, a qualquer momento durante a vigência desta Apólice, suspender a(s) cobertura(s) envolvida(s) mediante notificação prévia ao Segurado, caso:

(a) seja constatada qualquer situação de grave ou iminente perigo; ou

(b) seja verificado que não foram tomadas pelo Segurado as providências cabíveis ou recomendáveis para sanar determinada situação de grave ou iminente perigo, após sua constatação nos termos desta CLÁUSULA 25.

25.2.1. O Segurado entende e concorda que a suspensão prevista nesta subcláusula 25.2 será eficaz após o prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pelo Segurado, da notificação referida nesta subcláusula 25.2.

25.3. Na hipótese prevista na subcláusula 25.2 acima, a cobertura envolvida poderá ser restabelecida por meio de comunicação escrita pela Seguradora, caso esta verifique a correção das circunstâncias descritas nos itens (a) e (b) da subcláusula 25.2 anterior, hipótese em que a Seguradora deverá reembolsar ao Segurado o prêmio correspondente ao período em que a cobertura ficou suspensa, na base Pro Rata Temporis.

CLÁUSULA 26 – REINTEGRAÇÃO

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

26.1. Fica entendido e acordado que, ocorrendo Sinistro coberto pela presente, o Limite Máximo de Garantia da Apólice e os Limites Máximos de Indenização da(s) cobertura(s) envolvida(s) ficarão automaticamente reduzidos do valor da indenização paga, a partir da data de tal Sinistro.

26.2. Na hipótese prevista na subcláusula anterior, o Segurado, se tiver interesse, solicitará a reintegração do Limite Máximo de Garantia da Apólice ou do Limite Máximo de Indenização da(s) cobertura(s) envolvida(s), cabendo à Seguradora, caso concorde com o pedido, cobrar o prêmio adicional correspondente, que será calculado a partir da data da ocorrência do Sinistro até o término de vigência da Apólice, e poderá ser agravado.

26.3. Caso não ocorra a reintegração nos termos desta CLÁUSULA 26, os limites mencionados na subcláusula 26.1 permanecerão reduzidos do valor da indenização paga, sendo certo que não ocorrerá aplicação de rateio em Sinistros seguintes, desde que o Valor em Risco Declarado seja igual ou superior ao Valor em Risco Apurado na data do Sinistro, observadas, em todo caso, as disposições da CLÁUSULA 8ª – FORMAS DE CONTRATAÇÃO destas Condições Gerais, e as informações constantes da Especificação da Apólice.

CLÁUSULA 27 - SUB-ROGAÇÃO

27.1. Paga a indenização de Sinistro, a Seguradora ficará sub-rogada, até a concorrência desta indenização, nos direitos e ações do Segurado contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao dano indenizado, podendo exigir do Segurado, em qualquer tempo, o instrumento de cessão e os documentos hábeis para o exercício desses direitos.

27.1.1. O Segurado deverá prestar a sua total colaboração em qualquer processo judicial ou medida extrajudicial que a Seguradora decida iniciar contra o causador do dano, com vistas à recuperação do montante pago a título de indenização em virtude do Sinistro.

27.2. É ineficaz qualquer ato do Segurado que diminua ou extinga, em prejuízo da Seguradora, os direitos referidos na subcláusula 27.1 acima, sendo vedada ao Segurado, sob pena de perda do direito à indenização, a realização de qualquer acordo ou transação com terceiro(s) responsável(is) pelo Sinistro, salvo com prévia e expressa anuência da Seguradora.

27.3. A sub-rogação disciplinada nesta Cláusula não ocorrerá caso o dano tenha sido causado pelo cônjuge do Segurado, ou por seus descendentes, ascendentes, consanguíneos ou afins, salvo na hipótese de dolo por parte destas pessoas.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 28 – PRAZOS PRESCRICIONAIS

Os prazos prescricionais são aqueles determinados em lei.

CLÁUSULA 29 – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato de seguro estará sujeito às leis do Brasil, devendo ser regido, interpretado e executado de acordo com as leis deste país.

CLÁUSULA 30 – ARBITRAGEM

Fica entendido e acordado que a presente cláusula está sujeita às seguintes condições:

- a) É facultada ao segurado a aderência, mediante assinatura, em documento separado, da presente Cláusula Compromissória de Arbitragem;
- b) Caso o segurado concorde com o disposto no item “a” acima:
 - b.1) O segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a Seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas decisões e sentenças têm o mesmo efeito que as decisões e sentenças proferidas pelo Poder Judiciário;
 - b.2) A presente Clausula Compromissória de Arbitragem será regida pela Lei nº. 9.307, de 23 de Setembro de 1996.

Toda e qualquer controvérsia que surgir da interpretação ou execução da presente apólice será resolvida através de Arbitragem, de acordo com as normas do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB), por 3 (três) árbitro(s), nomeado(s) conforme disposto no referido Regulamento.

A arbitragem será realizada no Brasil e o idioma dos procedimentos e do laudo de arbitragem será o português.

A sentença arbitral deverá ser proferida por escrito, expondo as razões da sentença, e deve ser final e vinculante entre as partes. A sentença arbitral poderá ser homologada por qualquer tribunal com jurisdição sobre a mesma ou com jurisdição sobre a parte ou o bem em questão. Tanto o Segurado como a Seguradora concordam com o valor total de qualquer sentença proferida pelo painel de arbitragem, valor, este, que não poderá, em hipótese alguma, exceder o Limite Máximo de Garantia estipulado para presente Apólice.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

É expressamente acordado e entendido pelo Segurado e pela Seguradora que todos os assuntos divergentes entre as partes decorrentes de, ou relacionados com esta Apólice, incluindo a estrutura, o conteúdo e a validade da mesma, serão submetidos a um tribunal de arbitragem, de acordo com as disposições abaixo:

- A. A menos que as partes concordem por escrito em resolver a disputa de uma forma alternativa, a reclamação será decidida, em caráter final e definitivo, por arbitragem, de acordo com as normas do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB).**
- B. A menos que as partes concordem em indicar um único árbitro dentro de quatorze (14) dias corridos do recebimento por uma das partes de uma solicitação de arbitragem encaminhada pela outra parte, cada parte indicará um árbitro. Caso a parte demandada não indique um árbitro dentro de trinta (30) dias corridos após o recebimento da demanda inicial de arbitragem, que deverá fazer referência ao árbitro indicado pela parte demandante, o Presidente da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB) indicará o segundo árbitro.**
- C. Antes de prosseguir com a arbitragem, os dois árbitros indicados indicarão um terceiro árbitro. Caso não indiquem esse terceiro árbitro dentro de trinta (30) dias corridos contados da indicação do segundo árbitro, nos termos do item (B) anterior, ambos os árbitros indicados ou qualquer uma das partes poderá solicitar ao Presidente da Câmara de Arbitragem Empresarial – Brasil (CAMARB) que indique o terceiro árbitro.**
- D. O terceiro árbitro atuará como Árbitro Presidente. Toda comunicação unilateral e direta pelas partes com o seu árbitro indicado cessará no momento da indicação de tal Árbitro Presidente. Os três árbitros decidirão por maioria. Caso não se chegue a uma maioria, o veredicto do terceiro árbitro prevalecerá.**
- E. Com base em sugestões das partes, o tribunal arbitral fixará as regras processuais para a realização da arbitragem na primeira reunião organizacional para a arbitragem, a ser realizada dentro de 30 (trinta) dias corridos da indicação do Árbitro Presidente. O Tribunal Arbitral terá poder discricionário de emitir ordens sobre qualquer assunto que considerar apropriado para as circunstâncias do caso, com relação a alegações, descoberta, produção/inspeção de documentos, inquirição de testemunhas e qualquer outro assunto relacionado à condução da arbitragem, e poderá receber tal evidência oral ou escrita ou agir com base na mesma conforme entenda adequado.**

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

- F. Cada parte assumirá os custos do árbitro que indicar, e aqueles do terceiro árbitro serão suportados igualmente pelas duas partes.**
- G. O local da arbitragem será a cidade de São Paulo-SP, Brasil, a menos que uma localidade alternativa seja acordada entre as partes.**
- H. A decisão do tribunal de arbitragem será final e de aceitação obrigatória pelas partes, produzindo entre as partes o mesmo efeito de decisão proferida pelo Poder Judiciário. O tribunal de arbitragem apresentará uma decisão fundamentada por escrito dentro de 60 (sessenta) dias corridos após a conclusão da audiência de arbitragem, salvo se, justificadamente, tiver que prorrogar esse prazo.**
- I. Esta Cláusula de Arbitragem sobreviverá ao término de vigência desta Apólice em qualquer circunstância.**

As partes ainda se comprometem a buscar, antes da instauração de qualquer procedimento arbitral, a resolução de eventuais controvérsias ocasionadas em virtude da presente Apólice por meio de mediação.

O mediador escolhido pelas partes de comum acordo dirigirá o processo equitativamente, livremente e sem formalidades, respeitando o estabelecido na negociação inicial com as partes. Caso a mediação alcance o objetivo de dirimir o conflito entre as partes, o processo encerrar-se-á com a assinatura do termo de acordo pelas partes, ou com específica declaração de desistência, pela parte demandante, de formalização de qualquer conflito perante um juízo arbitral nos termos desta cláusula. Caso não se alcance o objetivo acima, o mediador deverá declarar por escrito a impossibilidade de alcançar a solução da controvérsia por meio da mediação.

CLÁUSULA 31 – FORO

Fica eleito o foro da cidade de domicílio do Segurado para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato de seguro.

CLÁUSULA 32 – DISPOSIÇÕES FINAIS

32.1. O registro deste plano de seguro na SUSEP não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

PLANO DE SEGURO COMPREENSIVO EMPRESARIAL
TRAVELERS SEGUROS BRASIL S/A . – em aprovação pela SUSEP –
(ANTIGA J. MALUCELLI SEGUROS S.A)

CONDIÇÕES GERAIS

32.2. O Segurado entende e concorda que as coberturas previstas nesta Apólice não poderão ser contratadas isoladamente.